



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1841/11	DATA: 09/11/2011
INÍCIO: 14h52min	TÉRMINO: 17h53min	DURAÇÃO: 03h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h01min	PÁGINAS: 62	QUARTOS: 37

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
REYNALDO FERNANDES – Professor titular da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo — USP, de Ribeirão Preto e membro do Conselho Nacional de Educação — CNE. AMAURY PATRICK GREMAUD – Professor da Faculdade de Administração e Economia da USP. JOSÉ FRANCISCO SOARES – Especialista em avaliação, da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG. ALEXANDRE PINTO CARVALHO BRAGA – Diretor da Produtora Cinevídeo. MÔNICA DIAS PINTO – Representante da Fundação Roberto Marinho – Canal <i>Futura</i> . PRISCILA FONSECA DA CRUZ – Diretora-Executiva do Movimento Todos pela Educação. MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO – Professora da UNICAMP e membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema <i>O Relatório PISA — Programa Internacional de Avaliação de Alunos</i> .
--

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve exibição de vídeo. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos da 24ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 23ª reunião, realizada em 1º de novembro. Pergunto ao Plenário se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

O Deputado Ariosto Holanda pede a dispensa da leitura da ata, o que será acatado, se não houver discordância. *(Pausa.)*

Pelo silêncio, não há. Fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Ariosto Holanda.

Comunico o recebimento do seguinte expediente do Deputado Eduardo Barbosa:

“Senhor Presidente,

Venho justificar minha ausência nas reuniões desta Comissão que ocorrerão entre os dias 8 e 10 de novembro de 2011, em virtude da minha participação no 10º Congresso das APAEs, em Belém, no Pará.

Peço fazer constar nas atas esta justificativa.

Eduardo Barbosa

Deputado Federal.”

A pauta de hoje prevê audiência pública destinada a debater o tema *O Relatório PISA — Programa Internacional de Avaliação de Alunos*.

Convido os senhores expositores a tomarem assento à mesa.

Temos seis expositores debatedores e organizamos a ordem das falas conforme acordo prévio, em face da progressão do tema, de forma a que um vá ajudando o outro na compreensão da questão. Vou chamar os três primeiros e, após suas falas, os próximos três. Após os seis, vamos ao debate.

O Deputado Angelo Vanhoni, que estaria aqui na abertura, teve algum problema de atraso, mas chegará daqui a pouco e dará informações sobre nossa movimentação em torno do PNE. Nossa intenção era ler o PNE hoje. Tanto que convocamos esta reunião, em princípio, para as 13h30min, para que até as



14h30min, iniciássemos esta audiência pública. Em razão de ajustes a serem feitos no texto final, porém, o Deputado Angelo Vanhoni solicitou o adiamento da leitura.

Ficamos no seguinte dilema: se conseguirmos lê-lo na próxima semana, nós o faremos, mas estamos preocupados, porque, na próxima semana haverá o feriado do dia 15, que cairá na terça-feira, o que pode comprometer a presença aqui e tirar o brilho e a importância da leitura do relatório. Então, por precaução, estamos marcando a leitura para a tarde do dia 22 de novembro, a terça-feira seguinte à do feriado, em princípio. Feita a leitura, teremos cinco sessões para a apresentação de emendas, prazo que será concluído até a segunda-feira seguinte, dia 28.

No dia 29, ou o Deputado Angelo Vanhoni usa esse pequeno tempo para apresentar seu substitutivo, agregando ou não as emendas ao texto, e, aí, procedemos aos prazos de votação, ou começamos o debate e a votação. Na verdade, temos ainda a possibilidade de esperar mais duas sessões, se houver pedido de vista na Comissão. Então, temos um tempo justíssimo, porque o recesso Parlamentar se inicia no dia 18 — talvez 22, mas, em princípio, é 18. Portanto, vamos ter duas semanas com mais de uma sessão, para apreciarmos o relatório, e a nossa intenção é concluir o PNE neste ano legislativo, para que ele possa começar o próximo ano já no Senado Federal.

Na qualidade de Relator, o Deputado Angelo Vanhoni dará todas essas informações, mas me adiantei porque, mais cedo, tratamos desse tema, e esta audiência seria precedida pela leitura do relatório.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Reynaldo Fernandes, professor titular da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo — USP, de Ribeirão Preto e membro do Conselho Nacional de Educação — CNE; o Sr. Amaury Patrick Gremaud, professor da Faculdade de Administração e Economia da USP, e o Sr. José Francisco Soares, especialista em avaliação, da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG.

Esses são os três primeiros. Na sequência, teremos a composição com o Sr. Alexandre Pinto Carvalho Braga, com a Sra. Priscila Fonseca da Cruz e com a Sra. Maria Helena Guimarães de Castro.

Antes de conceder a palavra aos expositores, peço a atenção dos presentes para os procedimentos de praxe: cada convidado disporá de 10 minutos para a sua



exposição, não é todo o tempo do mundo, mas é um tempo que aqui consideramos grande; concluídas as apresentações, será concedida a palavra aos Deputados, observada a ordem de inscrição, para, no prazo de três minutos, formularem suas considerações ou pedidos de esclarecimentos, dispondo os expositores de igual tempo para a resposta; serão facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo de três minutos.

Informo ainda aos Srs. Deputados que a lista de inscrição para o debate encontra-se à disposição na mesa de apoio e que é permitida a permuta de inscrição, mas os que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão a inscrição.

Peço a atenção aos Deputados presentes — Raul Henry, Professora Dorinha Seabra Rezende, Pedro Chaves e Ariosto Holanda — para o fato de que o debate só ocorrerá para após a fala de todos os seis convidados. Então, não haverá debate após cada exposição, mas somente ao final da fala do sexto convidado.

Com a palavra o Prof. Reynaldo Fernandes.

O SR. REYNALDO FERNANDES - Boa tarde a todos.

É um prazer retornar a esta Casa e estar aqui nesta Comissão, à qual agradeço o convite.

Vou iniciar rapidamente, para tentar fazer minha exposição nos 10 minutos.

A minha missão aqui é fazer uma apresentação geral do PISA, porque sobre os outros detalhes os demais membros da Mesa vão falar.

(Segue-se exibição de imagens.)

O PISA é avaliação internacional para pessoas de 15 anos e cobre vários países do mundo.

Este é o mapa dos países. Como vemos, quase 90% do PIB mundial é coberto por essa prova. Não são 90% dos países, mas se levarmos em conta a importância desses países, temos uma avaliação do PISA.

O objetivo primário do PISA é determinar em que medida os jovens adquiriram conhecimentos e habilidades abrangentes em Leitura, Matemática e Ciências — as três áreas avaliadas pelo PISA —, necessárias para a vida. O foco não é sobre um currículo específico, mesmo porque são vários países, e não há



como estabelecer um currículo, mas, sim, no que seria importante que os jovens conhecessem nessas áreas.

O PISA, gosto de dizer, é uma avaliação feita fora dos muros da escola.

Na condição de professor, ministro minha matéria e avalio para os alunos aquilo que apresentei. Essa é a avaliação tradicional. Como existe em vários países, o PISA tenta identificar o que é importante que esses jovens aprendam, nessas áreas, para a sua vida cotidiana, na família, no trabalho e na convivência social.

Vou dar alguns exemplos do que se cobra nessa área. Primeiro, na área de leitura: a compreensão, o uso e a reflexão de textos escritos.

Logo, o objetivo do PISA é medir o desenvolvimento da interpretação de material escrito e a reflexão sobre o conteúdo de qualidade dos textos. Ou seja, é apresentado um texto, traduzido em várias línguas — e a tradução é uma coisa mais complicada —, para verificar a compreensão, pelos que fazem a prova, do que está escrito. Por exemplo, se observarmos as nossas avaliações nacionais relativas a leitura, veremos que elas seguem esse padrão. Não aparece numa prova tipo PISA, por exemplo, análise sintática. Não que análise sintática não seja importante, mas o que se quer saber é sobre o uso do aprendizado da comunicação escrita na vida das pessoas. No caso, por até uma questão de limitação de prova, é basicamente leitura, não há parte de escrita. Mas o importante é a comunicação escrita. Portanto, não é uma prova que considera certas regras que há em vários países, mas como as pessoas conseguem se comunicar pela escrita e o grau de sofisticação com que conseguem fazer isso.

No que se refere à Matemática, mede a capacidade individual de identificar e compreender o papel da Matemática no mundo, por que ela é importante, e fazer julgamentos bem fundamentados que envolvam Matemática. Este é um exemplo de como considerar desenvolvimento de habilidades para a vida cotidiana, como a capacidade de raciocinar quantitativamente e de representar relações de dependência, o que é mais adequado para verificar o que seria importante para a vida futura. Por exemplo, em provas tradicionais — ou em outras provas internacionais, como o Times —, há questões sobre conteúdos específicos de matemática. Por exemplo, pode-se apresentar uma matriz A e uma matriz B e



perguntar, ou pedir aos alunos para multiplicar ou somar essas matrizes. Isso não aparece numa prova como o PISA.

Há um estudo de um francês, sobre Matemática, que faz uma comparação entre o Times, que é uma prova mais tradicional, e o PISA. O conteúdo de Matemática do Times é mais difícil, mas não é que o Times seja uma prova mais difícil. A dificuldade da prova do PISA está em algumas características, como a questão de modelagem matemática, uma coisa bastante difícil. Ou seja, há um problema real, o aluno tem de convertê-lo numa linguagem matemática e, aí, resolvê-lo. Então, às vezes, o conteúdo matemático é mais simples, mas a capacidade de abstração de todos nós é um problema concreto. Na linguagem matemática, para dar solução, é uma coisa de modelagem. Matemática é muito difícil. Isso é muito forte no PISA. Essa competência é bastante pedida.

No que se refere ao letramento em Ciências, a capacidade de usar esse conhecimento científico e identificar questões também voltadas para a vida cotidiana. As questões de energia e de saúde da família são todas questões científicas para resolver problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida, no trabalho.

Portanto, é uma prova que tenta olhar o que é necessário aprender para levar a vida nos dias de hoje ou numa cidade da sociedade do futuro. Essa é a ideia do PISA, até porque, numa avaliação internacional, seria difícil pensar num currículo mínimo internacional para fazermos uma prova baseada em currículo, como é muito comum.

Então, isto é que é importante: o PISA não avalia o que os estudantes aprendem porque cada um aprende suas coisas nos seus países, mas como eles são capazes de usar o que aprenderam para resolver problemas cotidianos.

De forma que o foco da construção da prova do PISA é o problema que temos de enfrentar no dia a dia, no trabalho, na família, questões de saúde, envolvendo energia, meio ambiente, coisas que são colocadas para a sociedade. Esse é o foco do PISA.

Se observarmos, veremos que a vantagem é fugir um pouco da visão extremamente escolar. Ou seja, nós podemos ficar um pouco presos à visão escolar em relação ao que achamos importante, o que é comum para quem é professor.



Julgamos algumas coisas importantes e ficamos cobrando dos alunos que as conheçam, sem nos perguntar qual a importância daquilo para a sua vida ou se não seria melhor focarmos em outras coisas.

A crítica que se faz — não é minha a crítica, pois eu gosto muito do PISA, sou fã dessa abordagem — é a de que o PISA tem uma visão utilitarista, ou seja, o conhecimento focado na sua aplicação. Então, coisas como, por exemplo, literatura, em provas desse tipo, acabam tendo um peso um pouco menor, porque o foco é o uso.

A ideia do PISA é buscar identificar e avaliar as habilidades mais demandadas no mundo atual.

Quero mostrar um gráfico de atividades do Levy e Murnane. Na verdade, é um índice que eles desenvolveram em relação ao uso, no mercado de trabalho, de certas habilidades que se exigem.

A linha vermelha representa atividades não rotineiras manuais. O gráfico mostra os índices de 1950 para cá. Observa-se que as atividades rotineiras manuais vêm caindo, o que é um pouco da decadência do fordismo. A linha amarela é relativa à atividades rotineiras mais cognitivas. Elas são mais altas hoje. Caíram menos, mas caíram também. E o que sobe são as linhas de baixo, que são as atividades não rotineiras analíticas, as coisas matemáticas e da ciência.

É importante verificar que têm aumentado as atividades não rotineiras interativas, questões que envolvem comunicabilidade entre pessoas. Então, é isso que tem crescido, pelo menos no mundo do trabalho. E essa é um pouco a ideia de avaliação do PISA, que não é a única avaliação que tenta fazer isso — há uma grande discussão a respeito —, mas ele segue essa tendência de avaliações.

O que é a ideia dessa concepção? É uma prova mais focada, de fora da escola. O que é importante que a escola ensine? O que eu esperaria que as pessoas que saíssem de lá soubessem fazer no mundo atual? Portanto, o que se avalia são esses conhecimentos e não tudo o que o aluno aprendeu, porque, se ele aprendeu coisas para as quais eu não consigo ver uso, não consigo dar problemas reais, isso não aparece no PISA. As questões são contextualizadas e, geralmente, a partir de problemas.



Os países que adotam o PISA em geral da OCDE, são os países mais ricos. O Brasil é intermediário. No que diz respeito à leitura, o Brasil aparece aqui, na sexta linha vermelha de lá para cá. Em matemática, não muda muito. Evidentemente, os que têm melhor desempenho são os países mais ricos. E o Amaury vai falar mais sobre a participação do Brasil no PISA.

Esta aqui é uma média geral. Na verdade, são três escalas. Essa média geral é só para dar uma ideia. Não é muito correto fazer essa média geral. Mas serve para termos uma ideia de dimensão, como elas estão na mesma escala. A média da OCDE é de 496 pontos. A média era 500, em 2000. O Brasil tem 401 pontos. O desvio padrão é de 100. Então, é um desvio padrão abaixo, é bastante. Seria o caso de considerarmos o SAEB, em que são 50 pontos corresponde ao que os alunos crescem da antiga quarta série para a oitava, ou seja, do quinto ano hoje para o nono ano. Na verdade, são 4 anos. Então, um desvio padrão de 100 é muita coisa numa escala dessa. Nós estamos bem abaixo.

O PISA considera os alunos de 15 anos. A ideia é pegar todos os alunos de 15 anos, mas, infelizmente, isso não ocorre porque há muitos jovens fora da escola. E a prova é feita apenas na escola. Na Finlândia, por exemplo, o PISA pega praticamente todos os alunos de 15 anos, porque todos eles estão na escola. Aqui, o PISA considera a partir da sétima série. Se o aluno estiver muito atrasado, então, não faz a prova. O ideal era essa prova ser construída para englobar todos os alunos de 15 anos. Mas, infelizmente, isso não ocorre no Brasil.

O azul representa alunos de baixa proficiência, e o vermelho, os alunos que estão fora da escola ou com muito atraso e, por isso, nem fizeram a prova. Na Finlândia, o vermelho é quase nada. No Brasil, 59,4 estão no nível 1, que é o mais baixo, ou não fizeram a prova. Esse padrão é desenvolvido para os países mais ricos. Então, nessa comparação, sempre temos que levar isso em consideração.

Isso explica por que muitos alunos não fazem. Se olharmos até 13 ou 14 anos de idade, veremos que as pessoas estão na escola. A partir daí, as pessoas começam a parar de frequentá-la, a evasão começa a crescer. A evasão começa a crescer a partir dos 14 anos. Quando analisamos pessoas com 15 anos, verificamos que uma parte muito importante está fora da escola e que entre aquelas que continuam há um índice de reprovação bastante alto.



Aqui comparamos o PISA do Brasil com o dos países latino-americanos. Vejam que o Brasil cresceu de 2006 para 2009, mas que todos os países latino-americanos também cresceram. O Brasil teve um desempenho de crescimento até razoável se compararmos com estes países que estão aqui — isso em leitura.

O próximo gráfico é a mesma coisa, só que para matemática. Ele mostra que o Brasil tem um crescimento.

Aqui vemos a média do Brasil e de outros países. É o mesmo gráfico.

Então, de 2000 a 2009, vemos que o Brasil cresceu no PISA, de 368 para 401. Nessa média geral, nesse indicador são três escalas diferentes, mas o Brasil tem crescido em todas, principalmente em matemática. Mas cabe dizer que em matemática é onde somos mais atrasados comparativamente ao mundo. Nós temos crescido mais onde já estávamos com maior defasagem relativa.

Estes são os mesmos gráficos: em vermelho, a média da OCDE e, em amarelo, a do Brasil.

Eu vejo dizerem muito nos jornais: *“Olha, o Brasil está crescendo, as metas e tal. Quando chegar lá, os países mais ricos já estão”...* Educação não é como o PIB, que cresce todo ano. Em educação, quando se chega a certo nível de estabilidade, começa a ficar difícil. Se formos pegar a média da OCDE veremos que ela é estável em todo esse período. A educação não é como o PIB, todo ano as pessoas vão crescendo e aprendendo mais; senão, daqui a algum tempo, todo mundo seria gênio. Na verdade, há um certo período de acumulação. Não é assim que se faz. Então, o Brasil está crescendo, e nós estamos num processo de alcançar isso, mas ainda estamos muito distantes, o processo é muito lento.

Aqui são os mesmos gráficos para leitura, para matemática e para ciências.

Vou terminar mostrando que a avaliação do PISA é compatível com os resultados observados nas avaliações nacionais, em termos gerais. Há algumas divergências de avaliação para avaliação, mas se olharmos o PISA, veremos que ele é mais compatível com a 8ª série ou o 9º ano hoje. E tem sido compatível o que observamos nos dados do SAEB para o Brasil.

Eu vou mostrar rapidamente. Esses são os anos iniciais SAEB/Prova Brasil, a mesma avaliação. A Prova Brasil, na verdade, era um extrato do SAEB que era amostral e passou a ser universal. O SAEB é mais amplo em termos de dimensão



do que é avaliado, e a Prova Brasil deixa de ser amostral nos seus extratos e passa a ser uma avaliação universal.

Na verdade, houve uma queda no período até 2001, quando houve uma queda da inclusão da educação no Brasil, e hoje estamos crescendo. É o resultado que vemos no PISA a partir de 2000: crescendo o ensino fundamental em língua portuguesa, o ensino médio, em todas as avaliações. Estamos subindo mais na 4ª série. Se isso se recuperar, esperamos que o PISA também comece a crescer, porque ele é mais compatível com a 8ª série, que tem crescido menos — há um dado estranho em 2005, mas se fizermos uma linearização, veremos que tem crescido.

Então, temos crescido menos no ensino médio, ou seja, estamos crescendo mais na primeira fase do ensino, menos na 8ª série e menos no ensino médio. Há várias interpretações para isso, uma delas é a de que a educação se dá em gerações, ou seja, primeiramente eu vejo melhorarem os mais jovens, espero por uma melhora quando eles chegarem na 8ª série e no ensino médio. Então, eu sou um pouco mais otimista — não muito, mas moderadamente otimista nessa relação.

Aqui vemos o desempenho. Eu vou deixar esses dados, porque já estou com o meu tempo esgotado.

Para terminar, vou para o último gráfico. Neste gráfico, essas linhas são os pontos das escolas no PISA do Brasil, e embaixo estão o índice socioeconômico e a pontuação. Vemos que, quanto maior o nível socioeconômico dos alunos da escola, melhor a pontuação. Essa é a desigualdade. A linha amarela mostra a desigualdade entre escolas. Dentro das escolas são mais homogêneas as notas dos alunos. Nossa desigualdade se dá entre escolas, o que aponta a linha azul. A linha vermelha aponta a desigualdade total. Aí, sim, temos uma desigualdade muito grande.

Tudo o que eu mostrei foi média. Quero terminar mostrando isso. Eu sabia que o Chico estaria aqui e trouxe esse gráfico, porque ele deve falar muito disso, que é a questão de que embora estejamos olhando a média, nossa desigualdade é bastante alta, principalmente entre escolas, embora dentro das escolas seja menor.

Como dados gerais, em uma apresentação inicial do PISA, seria isso. Espero que meus colegas de Mesa possam complementar o tema.

Muito obrigado pela oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra, na sequência, Amaury Gremaud, Professor da Faculdade de Economia, Administração Contabilidade da USP, por 10 minutos.

O Sr. Reynaldo ultrapassou o tempo, mas a culpa foi da Mesa, que não mais repetirá o erro.

O SR. AMAURY GREMAUD - Exmo. Sr. Deputado, gostaria de agradecer o convite para estar aqui.

Vou tentar completar um pouco algumas questões que o Prof. Reynaldo abordou.

(Segue-se exibição de imagens.)

Imediatamente, não vou repetir o que é o PISA, que é um levantamento internacional sobre educação em diferentes países. O programa usa basicamente dois instrumentos: um teste cognitivo, uma prova, composta de dois tipos de questões, as famosas questões de xis, as questões de múltipla escolha clássica, e algumas questões de construção, nas quais a pessoa tem de, alguma maneira, construir uma resposta, ou seja, não tem que assinalar a, b ou c. Enfim, uma prova um pouco mais complicada do que simplesmente marcar xis.

É um teste ainda papel e lápis. Ou seja, a pessoa recebe uma folha e a preenche. O PISA está avançando. Vários países já estão começando a trabalhar em testes diretos no computador. O teste geral PISA é papel e lápis, no Brasil é papel e lápis, mas alguns países estão experimentando testes em computadores. Pelas informações que temos, o Brasil deve aderir a essa experiência nos próximos anos.

Acompanhado do teste, há uma série de questionários, alguns especialmente aplicados aos estudantes e outros aplicados aos diretores das escolas que participam desse levantamento. Com esses questionários, é trazida a possibilidade de se fazer análise em relação aos porquês desses resultados. Alguns países também adotam questionários aplicados aos pais dos alunos, aos familiares dos alunos. Até agora o Brasil não participa dessa opção.

Não vou repetir aqui o que o Reynaldo já deixou bastante claro. O foco está na capacidade de uso dos conhecimentos e das habilidades. Toda a ideia é testar o grau de autonomização que esses jovens vão obtendo. Quer dizer, a ideia de que



com os conhecimentos eles vão-se tornando autônomos na vida como cidadão, como trabalhador etc. É esse o foco do PISA. Não vou voltar à questão do Reynaldo.

Vou mostrar alguns elementos sobre como funciona o próprio PISA. O PISA é aplicado de 3 em 3 anos, são ciclos de 3 anos. O primeiro ciclo foi em 2000, nós já terminamos a quarta aplicação. Na próxima rodada, estamos indo para a quinta aplicação. Os resultados são divulgados um ano depois da aplicação. Aplicação em 2000, resultado em 2001; aplicação em 2009, resultado em 2010.

Há uma particularidade em relação a esses ciclos. Em cada um dos anos das aplicações, o foco é principalmente um dos objetos. No ano 2000 o foco foi leitura. Houve prova de matemática e de ciências, mas o principal trabalho, vamos dizer assim, do levantamento foi a leitura. Em 2003 foi matemática; em 2006, ciências. Em 2009, passamos por um novo ciclo e novamente leitura passou a ser o foco. Então, existe uma possibilidade boa de comparação, entre 2000 e 2009, desses dois elementos. É um pouco o que se está usando.

Do último PISA participaram 65 países. Todos os países da OCDE participam. Na verdade, esse número vai subir. Aos dados do PISA, o chamado *PISA 2009*, vão ser acrescidos mais 9 países que participaram no ano passado do *PISA 2010*. Devem soltar o resultado daqui a algumas semanas. A amostra chamada *PISA 2009*, na verdade, com alguns países que fizeram o *PISA 2010*, deve estar em torno de 74 países.

Chamamo-los de países, mas alguns não são exatamente países, principalmente no caso chinês — Xangai, Taipé... Pela avaliação que está sendo feita do que foi feito no ano passado, por exemplo, o Estado de Miranda, na Venezuela, deve entrar. E também um Estado da Índia deve participar: só o Estado, não a Índia inteira.

Há algumas exceções quando se fala de país, mas a princípio são resultados nacionais que envolvem um país, a não ser por algumas exceções, vamos chamá-las assim, que estão claramente identificadas normalmente na divulgação dos resultados.

Nos ciclos anteriores — temos os números ali —, tivemos 43 no primeiro, 41 no segundo, 57 e 65.



Alguns países têm problemas na sua divulgação, não atingem determinados critérios, principalmente de participação do alunado selecionado. Esses países ou são excluídos da divulgação no resultado, ou os resultados aparecem com alguns asteriscos ou numa tabela em separado, mostrando que houve problemas.

A história do PISA mostra alguns países com alto nível de desenvolvimento também tiveram problemas. Os casos inglês e holandês são clássicos. Nos resultados, eles tiveram problemas porque não atingiram o grosso da marca. Pelo menos 80% das pessoas sorteadas para fazerem o PISA têm que fazê-lo. Número abaixo disso faz com que a divulgação do resultado tenha algum outro tipo de informação.

O Brasil participa do programa. É o único país sul-americano a participar de todo o ciclo PISA, todos os anos. Junto com o México, é o único país latino-americano. O México é país OCDE; então, está desde o começo. Na América do Sul, nós somos os únicos que participamos desde o início.

No primeiro ano, na primeira apresentação de 2001, foram todos os países da OCDE. E 4 países que não fazem parte da OCDE foram convidados pela primeira vez a participar. O Brasil obteve esse convite. No ano seguinte, em 2001, tivemos um PISA *plus*, e outros países participaram também. No caso da América Latina, o Chile, o Peru, Argentina entram nessa amostra. Depois, eles se retiraram (durante os PISA 2003 e 2006), e voltaram praticamente todos no PISA 2009. No PISA 2009 nós já temos, como disse o Reynaldo, 6 ou 7 países da América do Sul que participam do programa.

População alvo do PISA. Como disse o Reynaldo, o PISA avalia alunos com 15 anos, não importa em que série eles estejam. Há uma enorme dificuldade de se compatibilizar séries e programas em nível internacional. A decisão foi utilizar uma idade. Então, 15 anos é a idade das pessoas que fazem o PISA. Na verdade, tenta-se calibrar o PISA para que as pessoas, no dia da aplicação, no momento, no mês da aplicação, para ser mais exato, tenham entre 15 anos e 3 meses e 16 anos e 2 meses. Essa é a população alvo em cima da qual vai ser amostrado o PISA. O país entrega sua base de dados, e em cima dessa base de dados considera-se o público alvo, selecionam-se as escolas — e só as crianças que estão nessa faixa etária participam.



O Brasil e outros países entraram com reivindicações junto à OCDE e conseguiram evitar um pouco que os jovens, vamos dizer assim, que estivessem abaixo da 7ª série, participassem do PISA. Isso não foi só uma reivindicação brasileira; é também uma reivindicação mexicana, em especial, que acabou sendo atendida pelos países da OCDE, o que também fez com que muitos outros países aderissem ao PISA.

Então, tirando os 15 anos, desde que tenham sido cumpridos 6 anos de educação formal, dá, no nosso caso, a antiga 7ª série.

Essa população, como disse o Reynaldo, não matriculada nas escolas está fora do PISA; quer dizer, não é amostrada — o que, no nosso caso, retira um volume grande de pessoas. Existem algumas outras poucas exclusões, as quais não podem atingir mais do 5%. Normalmente, para pessoas que têm algum tipo de dificuldade, como em alguns países onde existe muita imigração, e que não dominam a língua do país perfeitamente, a prova é aplicada na língua dos países e essas pessoas são retiradas do PISA. Essas exceções não podem ultrapassar 5% do universo. No caso brasileiro, essas exceções não chegaram a 1%.

Vejam o quadro. Essas são as amostragens brasileiras. Quer dizer, quem faz a amostragem é o consórcio, a chamada OCDE. A OCDE faz uma licitação, contrata uma empresa, um guia de consórcio internacional e faz a amostragem.

Então essas são as amostras brasileiras. No ano de 2009, 20 mil pessoas fizeram a prova, no caso brasileiro, envolvendo alguma coisa como 950 escolas.

Os resultados usam a famosa Teoria da Resposta ao Item, que está na moda. As questões são traduzidas para a língua. Como disse o Reynaldo, há uma melhora muito grande na tradução. Os países podem fazer tradução a partir de duas fontes: inglês e francês. Fazem-na nas duas fontes. O país é que trabalha essa tradução. A parte final é feita pelo consórcio, mas são os países que trabalham essa avaliação. Esse é um problema do início. Enfim, a responsabilidade do país está basicamente na aplicação da prova; e existe uma grande supervisão internacional para ver se a gente faz igual aos outros países. No fundo, os países não têm muita liberdade, por conta da questão internacional, mas a codificação, a aplicação é feita nacionalmente — e, no caso brasileiro, é o INEP que se responsabiliza.



Como disse o Reynaldo, já existem os dados — e não vou me estender — que podem ser apresentados nessa forma de média. Um dado bastante utilizado pelos levantamentos do PISA é classificar os resultados dos alunos por faixas. O Brasil está nesta faixa que está um pouco escura aqui, e a gente vê um volume grande de alunos nas faixas básicas ou inferiores do PISA. Então, além da média, a gente pode observar um pouco como está a composição desses alunos, o que parece um resultado interessante, um elemento interessante para a gente trabalhar.

Era isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Sr. José Francisco Soares, Especialista em Avaliação da UFMG, de Minas Gerais.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES - É uma satisfação estar aqui de volta; estive na Casa em maio. E eu queria começar dizendo que a entrada no PISA, em 2000, foi um ato de coragem do Brasil. Nós entramos no PISA para aprender, mas aprendemos pouco.

Primeiro, o PISA é importante por causa do projeto, por causa da pauta. Ou seja, há uma definição do que as crianças e jovens devem saber, como o Reynaldo disse, na entrada da vida adulta e o PISA tem uma bela definição disso. Os que são contra são porque não leram a definição de leitura. Quem lê, se vê numa posição impossível de se discordar.

Eu vou voltar a isto, mas toda a minha vontade é de que o Plano Nacional de Educação enfrente o art. 210 da Constituição, que diz que serão fixados conteúdos mínimos sobre o que, no Brasil, uma criança ou um jovem devem saber. Essa resposta não está feita, não está dada, e, na medida em que ela não está dada, nós pagamos caro por isso.

Pois bem. O PISA nos dá um excelente exemplo. O PISA nos ensina como fazer uma boa avaliação. Os grandes especialistas — foi muito interessante saber — reuniram-se e produziram o PISA. O nosso SAEB antecede o PISA. Mas nós incorporamos pouquíssimo do PISA, na maneira de fazer a avaliação no Brasil.

O que a gente fez, então? Nós criamos padrões nacionais, diferentemente de outros países. O mais contundente deles é o ENEM. O nosso ENEM, em outros lugares, não existe; usa-se o PISA. E por quê? Porque hoje há o consenso de que o que está ali é muito razoável.



Este ano, milhares de alunos que fizeram o ENEM vão ter mais do que 95% de itens acertados, questões acertadas, por exemplo, na prova de Matemática. Será que nós estamos fazendo bem essa estimativa? A minha formação foi toda em Estatística, a partir do conhecimento que eu tenho e, naturalmente, da informação que eu tenho em Belo Horizonte. Então, será que nós estamos bem assim em Matemática?

Eu vou pedir que coloquem este *slide*.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu participo de um Comitê Técnico no México e acabo de voltar da reunião. Então, esse *slide*, quando eu vi, fiquei completamente impactado. Primeiro, o México está apavorado com os resultados do PISA, que são melhores do que os resultados brasileiros. Mas eu queria que vocês observassem, ali na linha do Brasil, 38%, 31%, 19% — depois, quase não está dando para ver —, 8% e 4%. Percebam que, num nível mais alto, nós temos 4% dos nossos alunos. É muito importante a gente olhar o dado através do nível porque todo país precisa de gente que saiba tudo bem. Nós precisamos de artistas. No Brasil a gente sempre fala de futebol, ou eventualmente eu vou falar, mas precisamos também de gente que saiba bem Matemática — percebem? Então, o que a gente está tendo? Nós criamos um padrão nacional e nós estamos nos enganando. O nosso padrão de conhecimento de Matemática é muito baixo.

Pois bem. Nós não estamos formando os alunos com a qualidade de que precisamos. Agradei o convite e fui olhar aquele gráfico com detalhe, porque sempre gráfico e número têm uma pegadinha. Então, se vocês olharem, naquele quadrinho azul, que está colocado ali, muito pequenininho, verão que aqueles são níveis que variam de 4 a 6. Olhem que coisa interessante! Nós temos 6 níveis, e, para mostrar a América Latina, nós temos que juntar todo o mundo de 4 a 6.

Lembro de uma coisa que ocorreu comigo há uns 2 anos. Eu encontrei no aeroporto, onde vivo com muita frequência, um colega que estava acompanhando um grupo de empresários chineses que havia comprado uma mina em Belo Horizonte, numa região de Minas, não sei exatamente onde. E, na conversa, muito boa, o chinês dizia-nos com a empáfia de dono do mundo... Lembrei-me muito do meu orientador, no Doutorado, que disse o seguinte: “Vocês, latino americanos,



reclamam dos americanos; vocês vão ver o que é quando os chineses forem os donos do mundo.” O chinês nos disse: “Nós não vamos contratar nenhum engenheiro de fato, brasileiro.” E eu engoli em seco, porque você não pode brigar com a pessoa. Lá no interior de Minas você brigaria, mas aqui você não pode brigar. E aí, agora, preparando-me para isso, eu olhei os resultados da China. Por favor, o próximo.

Então, reparem que abaixo do 1, nós temos 38%. No nível 1, nós temos 31%. No nível 2, nós temos 19%. No nível 3, nós temos... Então, juntando tudo, no 4, no 5 e no 6, nós conseguimos 4%. Apenas no 5 e no 6 o PISA diz que estão se saindo, usando a palavra em inglês, no *top*. Percebam: eu detesto essa palavra, mas são esses que vão gerar a inovação, que vão fazer a nossa vida melhor. Quer dizer, nós não estamos formando as pessoas de que nós precisamos para gerar aquilo que vai nos diferenciar. Eu estou falando aqui — e o Reynaldo antecipou — que o que me move não é o raciocínio econômico, é o raciocínio da vida boa para todo mundo; ou seja, nós tomamos algumas decisões muito complicadas. Então, a nossa exigência educacional é pífia, e isto não se discute. Percebam que nós criamos uma falsa ideia de bons resultados.

Os alunos, os 95% que vão acertar a prova inteira, que eu calculo vão ser alguns milhares, são esses que aí estão. Provavelmente, apenas uma pequena parcela deles. Mas é claro que isso vai ser comemorado. É claro que isso vai ser falado. Mas, além disso, os nossos indicadores são falhos. Percebam que nós estamos com um problema sério no Brasil: nós precisamos discutir exatamente quem vai nos guiar.

Quando eu estive aqui, eu fui muito claro ao dizer que o IDEB é um indicador, mas que, 5 anos após ter sido introduzido, ele precisa ser rediscutido. Todos vocês sabem que a portaria que regula o IDEB este ano permite a ausência de 50% dos alunos. Então, o critério que vai dirigir a educação brasileira pode ser construído com base apenas em 50% dos alunos da escola. Nós precisamos rediscutir isso.

Qual é a minha conclusão? Eu gostaria que a gente, então, discutisse a partir de algo externo. Infelizmente, aqui no Brasil, o INEP está dentro do MEC. O INEP, ele acaba reproduzindo uma coisa legítima de governo, mas a sociedade precisa de uma coisa um pouco mais limpa, um pouco mais neutra; quer dizer, esses números



que devem nos impactar — eu utilizei a China, um exemplo extremo, mas existem outros —, esses números não circularam, esses números não fazem parte da pauta da discussão.

Eu queria terminar com uma metáfora. Eu era muito criança, mas é a metáfora do futebol. Final de 1958: o Brasil começa perdendo. Então, existe a cena clássica em que o Didi pega a bola no fundo da rede e vai para o centro do campo. O Nelson Rodrigues, depois, vai dizer: “Foi naquele momento em que nós perdemos o complexo de vira-latas.” Pois bem, se nós continuarmos com padrões internos, se nós continuarmos com indicadores internos, nós vamos continuar sendo os vira-latas da educação internacional.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Agradeço aos componentes da primeira Mesa.

Registro a presença do Angelo Vanhoni, nosso Relator. Se quiser estar conosco na Mesa, sinta-se à vontade, sinta-se em casa! (*Risos.*) Eu fiz um pequeno relato sobre o relatório, uma pequena informação, mas estou esperando você chegar, para fazê-lo com completude.

Então, vamos chamar a segunda Mesa com outros 3 debatedores. Agradeço a presença dos 3 primeiros e peço que fiquem à vontade na primeira ou na segunda fileiras.

Chamo, neste momento, Alexandre Pinto Carvalho Braga, Diretor da Produtora Cinevídeo, que se faz acompanhar de Mônica Dias Pinto; Priscila Fonseca da Cruz, Diretora Executiva do Movimento Todos pela Educação; e Maria Helena Guimarães de Castro, Professora da UNICAMP e membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

Conforme o combinado, a sequência foi previamente acertada entre os palestrantes pelo caráter sequencial das manifestações.

Com a palavra o Sr. Alexandre Pinto Carvalho Braga e a sua parceira Mônica Dias Pinto, por 10 minutos.

O SR. ALEXANDRE PINTO CARVALHO BRAGA - Mônica, primeiramente, por favor.



A SRA. MÔNICA DIAS PINTO - Boa tarde a todos. Obrigada pela atenção de vocês. Eu aqui represento a Fundação Roberto Marinho, o canal *Futura*, o Sesi Nacional e meus colegas Carlos Henrique Fonseca e Carlos Barreiros.

Por tudo que o Reynaldo, o Amaury e o Prof. Chico Soares apresentaram, é que nós resolvemos fazer a série que vocês vão ver chamada *China Educação*. É uma série de 7 documentários, de 50 minutos, que está sendo exibida no *Canal Futura*, às segundas-feiras, às 9 horas da noite, por entendermos que a questão da educação no Brasil precisa ser discutida em larga escala pela população brasileira, e não só pelos educadores.

Os programas estão disponíveis no *Futuratec*, que é uma videoteca virtual, na qual temos hoje mais de 6 mil universidades e escolas cadastradas e onde se pode baixar gratuitamente os programas. Nós estamos viabilizando com o Sesi a distribuição desse material, gratuitamente, para formadores de opinião, escolas, educadores. Com isso, a gente quer dar uma pequena contribuição, mas que consideramos importante.

Quando a nossa colega Lúcia Araújo esteve aqui em Brasília, num encontro de Ministros da Educação, quando, no Brasil, o Ministro Cristovam Buarque estava à frente do Ministério da Educação, ela ouviu o Ministro da Educação da Coreia dizer que eles haviam errado muito e que o Brasil tinha chance de construir outra trajetória em educação. E que para isso o Brasil deveria olhar para a sua cultura e os seus desafios; que os seus educadores, a sua população e os seus jovens deveriam construir uma educação de qualidade sob outros valores, uma educação democrática, que fizesse com que os brasileiros jovens tivessem vontade de estudar, aprender e construir um Brasil diferente.

Então, é por isso que a série foi feita.

Passo a palavra ao Alexandre, que é o diretor da série e que nos ajudou a viabilizar esse grande sonho.

O SR. ALEXANDRE PINTO CARVALHO BRAGA - Rapidamente, muito obrigado pelo convite. Como professor e cineasta, eu gostaria de fazer outro agradecimento: à Fundação Roberto Marinho e ao Sesi/SENAI, que possibilitaram este trabalho. Agradeço muito o convite para falar sobre educação aqui. Sendo cineasta, a minha maneira de falar é através de um filme.



Este filme foi feito em 4 dos países líderes no PISA. Filmamos em Xangai, na Finlândia, Coreia e Canadá. Também filmamos no líder da América Latina, que é o Chile, e no Brasil.

A intenção foi escutar os maiores especialistas e os mais envolvidos em cada país, principalmente os alunos.

Por favor, gostaria de passar um *trailer* desse filme.

(*Exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) – Com essa apresentação aqui, o rabo abanou o cachorro, não é isso? (*Risos.*) O nosso tempo ficou comprometido. Pedimos desculpas às demais palestrantes, mas nós voltaremos ao controle de tempo após o término desta apresentação.

O senhor gostaria de concluir, por 2 minutos?

O SR. ALEXANDRE PINTO CARVALHO BRAGA - Sim. Na verdade, a parte que faltava era exatamente a do Brasil. Então, eu acho que nós poderíamos continuar com a Priscila. Eu tive a oportunidade de ter a Priscila, como educadora brasileira, visitando os países comigo. E a Profa. Maria Helena Castro participou de todo o projeto como consultora, buscando todas as informações ao longo desse ano de trabalho. Acho que podemos passar direto. Depois, se possível, voltamos ao final do filme.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra a Sra. Priscila Fonseca da Cruz, Diretora Executiva do movimento Todos pela Educação.

A SRA. PRISCILA FONSECA DA CRUZ - Queria agradecer a esta Comissão pelo convite para dividirmos um pouquinho a nossa experiência nesse projeto, do qual tivemos a honra de participar por convite do canal *Futura*, com apoio do Sesi e da CNI.

Eu tive a honra de acompanhar uma grande parte dessas filmagens e de poder aprender. Então, o que eu vou contar aqui um pouco para vocês é a percepção de uma pessoa que acompanha a educação brasileira ao ver as políticas públicas desses países que estão no topo do *ranking* do PISA, e também um pouco do que podemos aproveitar aqui para melhorar as nossas políticas, ainda mais neste ano em que discutimos o Plano Nacional de Educação.



O primeiro impacto que nós recebemos, quando olhamos para as políticas educacionais e, na verdade, quando olhamos para o macro desses países, é que, em algum momento da história desses países, eles tomaram uma decisão muito forte de colocar a educação como centro de suas políticas. Então, eles entenderam, em determinado momento, que, para melhorar o país todo, eles precisariam investir em educação e ter boas políticas de educação. Eles tiveram a decisão, a coragem — porque, para fazer as grandes políticas, principalmente de educação, você precisa ter coragem para poder *quebrar* os ovos e fazer a omelete —, como também tiveram planejamento, ação e persistência, muita persistência na parte de continuidade das políticas públicas. Vê-se pouca descontinuidade de políticas públicas nesses países todos.

No micro, o que nós percebermos de forma muito clara? Eles não têm receio ou vergonha de colocar foco também nas pequenas rotinas. É claro que tem de haver as grandes políticas para se poder nortear a política educacional. Mas educação se faz na escola, dentro da sala de aula. Então, não existe problema nenhum: em nenhum momento eles têm vergonha de dizer que tem de haver rotina, tem de haver procedimento, tem de haver meta, tem de haver clareza. Isso tudo é muito claro, com todo o mundo com quem nós falamos nesses países.

O outro ponto é que também existe um forte reconhecimento de que a mudança acontece na escola. A escola, realmente, é o lugar em que eles colocam toda a força. Quando nós olhamos um professor fechando a porta da sala de aula dele, sabemos que, se a política pública não conseguir entrar ali, de nada adiantou. Se nós não conseguirmos fazer com que a política pública realmente impacte em sala de aula, nós nunca vamos conseguir fazer com que a educação entregue o resultado maior que pretendemos, que é fazer com que todo aluno, 100% dos alunos aprendam nas escolas brasileiras.

Outro ponto que fica muito claro em todos esses países que estão no topo do *ranking* do PISA: eles têm uma clareza muito grande em relação ao que é uma boa educação. Se você pergunta para uma mãe, para uma professora, para uma diretora, seja lá para quem você perguntar, elas sempre têm uma boa resposta na ponta da língua: *“Boa educação é aquela em que o aluno aprende”*. E eles também



não têm nenhuma dificuldade com isso. Então, a boa educação é aquela que consegue garantir que o aluno realmente aprenda.

Outro valor muito presente em todos esses países é o valor da equidade. Todos esses países têm uma baixíssima desigualdade educacional, todos eles. Isso também encontramos aqui, no Brasil. Quando nós vamos ver um Estado ou Município que tem um IDEB maior, também é aquele Estado ou Município que tem uma menor desigualdade educacional. Então é quase natural entendermos isso. Esses países têm uma obsessão por entregar educação de qualidade para todos. E têm uma aversão à desigualdade — coisa que, no Brasil, não temos.

Outro ponto é o da clareza de política, da transparência, onde exista um ambiente para participação e uma forma de o professor saber qual é o papel que ele tem; o diretor, o papel que ele tem; o gestor das redes, qual é o papel que ele tem; qual é o papel da União. Então isso lá está muito mais claro do que o temos no Brasil. Esse é um outro ponto que me chamou a atenção, a começar pelo fato de eles terem um currículo básico, que é algo que não temos no País. Nós não temos a definição das expectativas de aprendizagem, que é algo que o Chico comentou na sua apresentação. Porque a espinha dorsal, a coluna vertebral das políticas que mais impactam o resultado final desses países está ancorada na definição dessas expectativas de aprendizagem, naquilo que é esperado que o aluno aprenda. Se nós resgatamos a ideia de.... Afinal, o que é uma boa escola? O que é uma boa educação? É o aluno aprender. Mas aprender o quê? Aí vou conseguir fazer com que as minhas políticas de formação de professor, de apoio, de livro didático, enfim, todas as demais políticas fiquem alinhadas dentro desse eixo do currículo.

Formação para esse currículo.

O professor, quando ele é formado no *teacher training*, na formação de professores, ele está totalmente ancorado naquilo que é a boa educação, que é o aluno aprender. Isso é muito nesses países.

Também não existe nenhuma dificuldade em termos de reconhecimento e recompensa. Os bons professores são reconhecidos, seja na forma de pagamento, seja por valorização social — e há diversos modelos que acontecem nesses países —, seja porque aquele melhor professor... No caso de Xangai, os melhores professores de Xangai, depois, tornam-se formadores de professores. Então, isso



tem um reconhecimento social enorme, inclusive entre os pares. Eles não têm o menor problema, o menor pudor de, realmente, reconhecer o trabalho dos bons professores.

Outro ponto: compartilhar experiências. Aqui é algo muito de experiências de sala de aula — de novo, a educação que acontece nas salas de aula. Então, eu preciso entender o que os melhores professores fazem para eu poder fazer também. E o compartilhamento dessas experiências faz com que você ganhe escala nas boas aulas, que é algo que aqui, no Brasil, nós infelizmente não fazemos.

E mais: retorno, ter um *feedback*. Aqui há um papel importante das avaliações de larga escala e também das avaliações nas escolas, para se dar o *feedback* daquilo que está funcionando e do que não está funcionando. Eu só vou conseguir melhorar minha prática se eu tiver total domínio daquilo que eu consegui entregar e daquilo que eu ainda preciso melhorar na minha prática, para poder entregar a aprendizagem para os alunos.

Um ponto que é muito forte em todos esses países é a valorização dos professores. Os professores, de fato, são o centro das políticas educacionais. Acontece que lá, também, eles não colocam em cima das costas dos professores toda a carga de responsabilidade: são importantes, mas não só eles. É importante que apoiemos esse professor. Então, essa é uma profissão, não é uma função. Eles são profissionais com direitos e deveres. Isso está totalmente claro.

Eles têm certificação pelos pares. Há a experiência do Canadá, com a qual fiquei absolutamente encantada: eles têm como se fosse uma OAB dos professores. Eles são autorregulamentados. Inclusive, eles certificam e podem retirar a certificação dos professores. Acho que isso também é um ponto forte na valorização da carreira no Canadá. É uma carreira valorizada, reconhecida. Entre 10% e 30% dos melhores alunos do ensino médio vão para a carreira docente. Então, vê-se que é um objeto de desejo ser professor nesses países todos.

Não adianta acharmos que vamos conseguir mudar a educação brasileira se não atraímos os melhores talentos para a carreira docente. Sem isso, não vai ser possível. E tem de ser uma carreira valorizada, uma carreira construída, tendo como foco o aluno aprender. Eles também não têm o menor problema com isso. Não é



visando o professor ou apenas o bem-estar do professor; aqui eles têm uma clareza de que a carreira é totalmente construída para que o aluno aprenda.

Sobre avaliação e, principalmente, a avaliação de larga escala, que todos esses países fazem, menos a Finlândia, todos eles. A função da avaliação é claríssima no sentido de se ter um diagnóstico para dar retorno para escolas, redes, professores e famílias. Chegam ao extremo, em alguns países, de dar um retorno para as famílias. Dizem para uma família: *“Olha, o seu filho conseguiu consolidar essas habilidades, mas não conseguiu essas outras. O que a família pode fazer em casa para apoiar a escola também?”*

Então, conseguimos fazer com que a avaliação seja um elo que liga, que relaciona família e escola.

Os resultados dessas avaliações são resultados que fazem sentido para gestores, professores e famílias; não são um número. O que temos no Brasil é que recebemos um número que pouquíssima gente, ou só se forem iniciados, consegue entender o que está por trás daquele número. Então, é importante que a avaliação de larga escala faça sentido para aqueles que são os agentes que vão promover algum tipo de mudança.

Aqui já falei sobre isso, mas acho que é importante reforçar que existe esse alinhamento dessas políticas todas. Sem esse alinhamento não conseguimos avançar. São estas: currículo, formação, carreira, materiais de apoio, avaliação, acompanhamento e apoio. Sem essa estruturação e esse encadeamento, é impossível promovermos algum tipo de mudança no País.

Todos eles têm uma escola de turno ampliado. O Brasil, de longe, é aquele que oferece menos tempo na escola. Todos esses outros alunos passam muito mais tempo na escola do que os daqui do Brasil.

Há muita valorização social da educação. A educação é um valor em todos esses países. Esse é um fator muito forte que ajuda a explicar muita coisa. Há muita participação da família, inclusive porque a participação da família é facilitada pelas escolas e pela gestão pública. E existe o engajamento dos alunos. Lá, nenhum aluno tem vergonha de dizer que estuda. Enquanto, no Brasil, os alunos têm uma certa vergonha de dizer que estudam, que se esforçam, senão vão virar CDFs, vão



ter um monte de apelidos; lá, eles têm um orgulho muito grande em dizer que estudam e que correm atrás, para aprender.

Eles também têm desafios de estimular mais a criatividade, as habilidades necessárias para o século XXI, porque eles também já estão em um outro patamar de aprendizagem. Esses são os desafios que apareceram bastante nas filmagens.

Eu quero dar um recado bem curto — vou acabar ultrapassando o prazo por mais 1 minuto, Sr. Presidente. Estive recentemente, na semana passada, nesse encontro de Doha, no Catar, que é considerado o maior congresso de educação do mundo. Tive a honra de participar da delegação brasileira. O que eu achei muito forte — e esse é o recado que eu quero passar a todos vocês — foi o fato de que os 120 países ali representados estão correndo atrás da educação. Todos. Não existe um país no mundo que negligencia ou não dá bola para a educação. Há uma corrida enorme no mundo inteiro, porque todo mundo entende que o século XXI é o século do conhecimento. Então, todos estão correndo atrás. Não é só o Brasil que está discutindo o Plano Nacional de Educação, não é só no Brasil que se faz, como esta aqui, uma reunião de pessoas interessadas em educação. Isso está acontecendo em todos os países do mundo.

Então, se não conseguirmos ganhar velocidade para alcançar os resultados de aprendizagem dos alunos, vamos ficar, de forma relativa, atrás de todos esses países. Não existe país que não esteja correndo atrás.

Agora, uma frase me impactou, na reunião de Doha: a frase de Gordon Brown, ex-Primeiro-Ministro da Inglaterra. Ele disse que, quando vemos uma criança ferida, o nosso primeiro impulso é o de salvá-la. Na educação, milhares de crianças, milhões de jovens têm o seu direito à aprendizagem totalmente negado. E não temos o mesmo impulso de agir.

Acho que nós precisamos, no País, ainda mais com esta discussão do PNE, ter muito mais impulso de agir, de fazer alguma coisa, de fazer diferente e voltar para o que aqueles países fizeram, ou seja, ter a coragem de tomar uma decisão, de realmente colocar a educação no centro das políticas públicas do País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por último, concedo a palavra à Profa. Maria Helena Guimarães de Castro, que poderá usar o microfone avulso, para o seu conforto físico.

A SRA. MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO - Obrigada, Deputado.

Quero agradecer o convite a esta Comissão tão importante e cumprimentar todos os que me antecederam na fala, principalmente os membros da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, que têm um papel muito importante nesta etapa de discussão da educação brasileira.

Eu fui consultora desse projeto desenvolvido pelo canal *Futura*. Acho que foi uma grande oportunidade, como disseram Priscila e Mônica. Eu aprendi muito, embora esteja acompanhando o PISA desde 1997, quando fui convidada para ir a uma reunião em Paris que congregou todos os países-membros da OECD, com a ideia de lançar uma avaliação internacional de competências, aquilo que Reynaldo destacou. O PISA é uma avaliação diferente do TIMSS. Como foi muito bem dito pelo Prof. Francisco Soares, o PISA tem um recado extremamente importante: ele define com clareza quais são as competências e habilidades esperadas de um aluno de 15 anos de idade, que provavelmente terá cumprido no mínimo 10 anos de escolaridade. Esse é o foco do PISA.

O trabalho que fizemos nesse Projeto *Destino: Educação* — e agradeço muito ao CNI e SENAI pela oportunidade — serviu para mostrar que as políticas públicas desses países fazem diferença. Mas, além das políticas públicas, há uma cultura local que influencia enormemente a forma como os sistemas educacionais se organizam. As culturas locais não são replicáveis. É impossível replicar no Brasil as culturas chinesa, canadense ou coreana. No entanto, há determinados eixos de política pública, que Priscila mencionou, que são muito importantes para o Brasil se inspirar e poder avançar na educação.

Eu gostaria de chamar a atenção para alguns pontos. Primeiro, reforçando o que disse o Prof. Francisco Soares, a pergunta é: o que nós aprendemos com o PISA? Essa é a questão. O Brasil começou a participar da Comissão Organizadora do PISA em 1997, e o primeiro PISA foi aplicado em 2000. De lá para cá, o PISA vem passando por sucessivos aprimoramentos. Acho que nós aprendemos pouco com o PISA. O PISA tem desenvolvido pesquisas maravilhosas. Os relatórios são de



extrema importância para melhorar a formação, o livro didático, a percepção que se tem da educação. O Brasil aprendeu pouco. Nesse sentido, foi uma oportunidade pouco explorada.

A segunda pergunta: o que nós aprendemos com o PISA em matéria de formação de professores? Nada. Ao contrário, eu acho que nós demos um passo para trás. O Brasil vinha num processo de discussão sobre um novo modelo de formação de professores, que foi interrompido a partir de 2005; voltamos para um modelo generalista, com pouca ênfase nos conteúdos, ênfase zero no estágio supervisionado e inexistência de residência pedagógica. Portanto, sem professores com outro perfil de formação inicial, vai ser difícil melhorar a qualidade da educação. Ninguém faz milagre. Está certo?

Os professores são os que nós temos, os alunos são os que nós temos. Nós não vamos mudar a cara dos nossos alunos, a sua condição socioeconômica, a baixa escolaridade dos pais. E não vamos mudar a formação inicial dos professores. Mas tínhamos que estar melhorando a formação inicial. Não estamos melhorando.

Nesta semana vimos um dado escandaloso, que saiu em todos os jornais, um dado do INEP, do último Censo, sobre a evasão e a ociosidade nos Cursos de Pedagogia e nas Licenciaturas do Brasil. Ou seja, o Ministério da Educação mais do que dobrou o número de vagas nas Pedagogias e Licenciaturas nas universidades públicas federais — a maioria dos cursos são a distância —, e as vagas estão ociosas, não estão sendo ocupadas. Os alunos não têm interesse, e não há uma articulação entre formação, carreira, desempenho e, o que é pior, currículo.

A base de tudo é: o que os alunos têm que aprender? Isso não está claro. Enquanto não tivermos uma clareza total sobre o que os alunos devem aprender... E eu vou dizer que há hoje uma grande discussão, que é uma “pirataria semântica”: ninguém sabe o que é expectativa de aprendizagem, currículo, currículo por competência, que agora virou neoliberal, e também não sei por quê. O currículo por competência foi taxado de neoliberal. Dizem que o currículo tem que ser de conteúdo, agora. Não existe competência se o aluno não aprender conteúdo. Então, é uma coisa completamente sem sentido.

Estamos confundindo padrões, *standards*, expectativas de aprendizagem. Há um debate que me parece que está sendo de alguma maneira atropelado, não por



uma “pirataria semântica”, mas por uma “armadilha semântica”, porque por trás dessa “armadilha semântica” há uma movimentação contra avaliação e contra currículo. E, se nós não tivermos uma posição muito clara no Plano Nacional de Educação, que defenda o currículo geral, quer dizer, os padrões nacionais ou as expectativas de aprendizagem, como uma referência que seja a base dos currículos estaduais e municipais, para que as faculdades de formação de professores tenham clareza sobre o que elas vão fazer...

Ontem, eu estava num seminário em São Paulo sobre formação inicial de professores, com pessoas do Canadá, da Austrália, do Chile, da Espanha, de vários países. Em todos os países há uma profunda articulação e integração entre os conteúdos e a didática, entre os conteúdos e a pedagogia. No Brasil, ou é pedagogia, ou é conteúdo. Ou se oferece conteúdo sem pedagogia, ou se oferece pedagogia sem conteúdo. Ou seja, todo mundo sai sem saber o que vai fazer.

Quero terminar dizendo que, ontem, nesse seminário, a Prof. Bernardete Gatti apresentou um resumo da pesquisa que ela acabou de divulgar, uma pesquisa feita pela UNESCO sobre os cursos de formação inicial. E os resultados conseguem ser piores do que os resultados da pesquisa anterior, que foi divulgada em 2008. Conseguem ser piores. É literalmente chocante ouvir a Profa. Bernardete Gatti relatar o que se passa nos cursos de formação inicial, em matéria de estágio. Eles foram ver como funciona. Não há estágio, nem na faculdade pública, nem na faculdade privada. Os alunos saem literalmente sem fazer estágio das faculdades de formação. Não sabem como vão enfrentar a sala de aula e nela caem de paraquedas, sem nunca terem aprendido metodologia, por exemplo, sobre alfabetização.

Então, é uma verdadeira brincadeira nós acharmos que vamos melhorar a qualidade da educação fazendo aquilo para o qual o Prof. Francisco Soares chamou a atenção. Criamos uma falsa ideia de bons resultados, uma falsa ideia de que está tudo muito bem. Quando vemos aquele dado que o Prof. Francisco Soares apresentou e os resultados da pesquisa da Profa. Bernardete Gatti, nós perguntamos: o que vai ser do Brasil, se não se tomar uma atitude muito firme de dar prioridade total à qualidade da educação, com ênfase zero para formação e



carreira de professores, fazendo com que os cursos de formação inicial sejam completamente reestruturados?

Enquanto não houver uma profunda mudança no currículo de formação inicial e no desenho dos programas, nós não teremos a menor chance de formar os professores de que precisamos para melhorar a qualidade da educação.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Maria Helena.

Peço que sejam colocadas mais três cadeiras aqui, para os nossos convidados que falaram primeiramente. *(Pausa.)*

Todos a postos? *(Pausa.)*

Bem, no plenário da Casa, há matéria em processo de votação. Está em andamento agora a segunda votação nominal, de requerimento. Na próxima votação, cobrimos as que não foram votadas. Como haverá mais dez, se votarmos na décima, cobriremos as nove anteriores. Então, vamos tocar aqui os nossos trabalhos.

Há seis oradores inscritos: Deputados Rogério Marinho, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raul Henry, Artur Bruno, Ariosto Holanda e Paulo Freire.

Quero propor que todos os seis oradores se manifestem e que os palestrantes anotem aquilo que for do seu interesse ou conveniência, para dar a resposta. Dessa forma, daremos mais liberdade aos palestrantes, ao final, do que se intercalarmos as intervenções. O.k.? *(Pausa.)*

Então, com a palavra o Deputado Rogério Marinho. Peço que seja o mais breve possível.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Não é possível! Nem comecei. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Que seja claro, mas que seja o mais breve possível.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Está certo.

Bem, Sr. Presidente, primeiro quero agradecer ao propositor desta audiência pública, ao autor do requerimento, Deputado Raul Henry, que, gentilmente — aliás, como é do seu feitio —, permite que outros Deputados se manifestem antes de S.Exa.



Saúdo todos os integrantes da Mesa, saúdo os nossos pares e os que estão nos assistindo, os companheiros da Assessoria, as senhoras e os senhores presentes.

Esta Comissão da Educação tem-se notabilizado pelo fato de criar a oportunidade, nas audiências públicas e nos debates, de reunir a pluralidade do pensamento do País. E são pensamentos absolutamente plurais, quero lhe confessar. Essa pluralidade certamente, em algum momento, vai nos dar resultados.

Eu quero começar fazendo uma provocação, no bom sentido, à Mesa, por favor. O que fazer com essas avaliações? E digo o porquê dessa provocação.

Lembro que, de forma reiterada nesta Comissão, temos discutido a respeito da necessidade de trabalharmos a qualidade da educação. E o INEP — aliás, Reynaldo está aqui presente — tem uma história exitosa no que se refere a avaliações feitas de forma concisa, clara. Quer dizer, o diagnóstico nós temos. E há algumas dezenas de anos, já. De 1995 para cá, nós temos uma história de avaliação que mostra a proficiência do ensino no Brasil, de que maneira vem se desenvolvendo.

E essa curva... Aliás, Reynaldo, houve aqui uma oportunidade — acho que foi neste ano — em que o Ministro Fernando Haddad, falando sobre a questão da qualidade da educação, disse que estava melhorando. Eu disse: *“Olha, pegue o ano de 1995, faça o SAEB, jogue para a Prova Brasil e faça uma curva. A curva dá uma abaloada, mas começa em 1995 e termina em 2010 igual”*.

Quer dizer, ficamos praticamente do mesmo jeito nesses últimos anos. Então, o que fazer com esse diagnóstico? De que forma nós vamos sair dessa inércia, dessa letargia? Foi necessário dar esse salto na universalização — e parabeno o País como um todo —, mas de que forma vamos chegar à qualidade da educação, à capacitação e qualificação da nossa mão de obra, para enfrentar o desafio que o futuro nos apresenta, como País? Vamos ser um país desenvolvido de fato ou vamos ser eternamente um país vivendo com soluços? Porque, quando o país cresce a 4%, 5%, estampa-se em todos os jornais a manchete *“apagão de mão de obra”*. Fruto da nossa falta de organização e da nossa falta de capacidade de produzir pessoas aptas a se integrarem de forma produtiva na sociedade.

Então, essa é a minha primeira pergunta.



E agora quero me penitenciar: estamos aqui nos desdobrando em várias Comissões, e não consegui chegar em tempo hábil para escutar os outros debatedores. Tive a felicidade de escutar a nossa companheira Maria Helena. E ela fez, ao final, um desabafo até — acho que, muito mais do que uma fala para esta Comissão, ela fez um desabafo —, em relação a uma situação que também me aflige muito, que é a formação dos nossos professores, o conteúdo das disciplinas, dos currículos das nossas academias. Na minha opinião, em vez de estarmos formando professores alfabetizadores, que tenham uma metodologia adequada para ir para a sala de aula e efetivamente transmitir conhecimento, estamos formando cientistas sociais, cientistas políticos, pessoas que têm a capacidade de discutir dialética, de conhecer pensadores como Marx e Engels, todos os filósofos, mas que vão aprender fazendo, na prática. Chegam à sala de aula, e o cobaia — felizmente ou infelizmente — é a filha ou o filho da maioria da população, que não tem condições de pagar uma escola de melhor qualidade e que não conta com o professor que teve esse burilamento anterior.

Outra pergunta à Mesa, em função dessa preocupação exposta: de que forma melhoramos a formação dos nossos professores, que todos nós sabemos que não é adequada? Como é que mudamos esse currículo, para que a metodologia possa ser aplicada, de fato, com base em experiências que dão certo no mundo? Não precisa inventar a roda, não precisa ser jabuticaba. Acho que temos exemplos suficientes por aí, tanto no Brasil quanto no mundo, da forma de alfabetização mais adequada, da metodologia de ensino mais adequada, da pedagogia mais adequada. Não que tenhamos a obrigação de ser hegemônicos, de ser uma coisa só, mas que pelo menos tenhamos um direcionamento.

Por fim, currículos, padrões curriculares, currículos mínimos. Quero rapidamente, Presidente Lelo Coimbra, que já me olha de forma “carinhosa”, dar-lhes um depoimento. Há 8 ou 9 anos, eu fui à Espanha, numa das minhas raras viagens — não é hábito. Chegando à Espanha, tive a curiosidade de ir ao Ministério da Educação. Fui, como curioso que sou, perguntar como funcionava. Há um currículo mínimo na Espanha. E a Espanha tem, parece-me, quatro idiomas distintos. E não são só idiomas, são culturas distintas: o basco, o catalão, o galego e o espanhol propriamente dito. E a então Ministra me disse: “*Olha, nós aqui temos*



um currículo mínimo para o ensino básico, as quatro primeiras séries do primário, o fundamental, de 60%". Num país com quatro idiomas distintos, com quatro culturas distintas, há identidade, nesse currículo, em pelo menos 60% do que é aplicado no território. Isso há 9 ou 10 anos. Eu não sei como é hoje.

Eu achei aquilo sensacional. No meu Estado, por exemplo, na mesma cidade, na mesma rede, no mesmo bairro, em escolas distintas, é completamente diferente o currículo aplicado ou o sistema dado.

E a terceira provocação é esta: são padrões curriculares? É currículo? O que podemos fazer para, de alguma forma, melhorar a qualidade do ensino, com base num direcionamento mínimo e em metodologias que já deram certo em outros lugares do mundo?

Muito obrigado. Fui o mais objetivo que pude, Presidente Lelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Mas sempre brilhante.

Concedo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos.

Primeiro, quero parabenizá-los pela iniciativa, pelo desenho da Mesa. Mas fico incomodada porque, diante de tantas coisas que poderíamos aprofundar em termos de discussão, com todo mundo, esse desenho da audiência pública chega a ser ofensivo para quem está aí e também para quem está aqui. Não temos tempo para aprimorar, para discutir, e este é um tema extremamente importante. As audiências têm importância para quem as propõe, mas, para o conjunto, em termos de foco da Comissão e do País, não têm. E perdemos tempo.

Eu vou reforçar: precisamos enfrentar esse tema. Não dá para fazer de conta que não são estratégicos a avaliação, o acompanhamento, o resultado. Como podemos aproveitar o que já temos de dados e resultados? Há muita coisa, mas, na verdade, aparentemente vivemos de sustos: faz, sai a manchete, nós resguardamos, e tudo volta à mesmice. De muitas coisas já poderíamos estar tirando resultado prático. Há pesquisa realizada. Já avançamos muito e ainda temos um grande caminho pela frente, mas eu acho que já existe coisa concreta para termos coragem de tomar algumas decisões.



Fico incomodada em saber, por Maria Helena, que Bernadete realizou uma pesquisa e que os dados obtidos são piores do que os dados que já eram muito ruins. A nossa formação de professores é muito ruim, é inadequada. Fazemos uma verdadeira maldade com a educação pública e com o professor, porque colocamos alguém que não foi preparado para ensinar o que não sabe, porque não há currículo, e no final cobramos a avaliação e dizemos que a escola pública é uma porcaria, que a escola pública não ensina nada. Então, a maldade é extrema, porque nós não preparamos esse professor.

A pesquisa mostrou que o professor aprende tudo, menos aquilo com que vai ter que trabalhar. Ele já veio de uma educação básica ruim. Então, ele tem uma defasagem na sua formação, que é significativa.

E a universidade consegue ser uma coisa louca, dentro da sua autonomia, da sua chamada liberdade. E não conseguimos avançar. Porque, para avançar, temos que mexer na caixinha-preta da universidade, que é medieval ainda, que tem aquela ideia de uma grande autonomia e liberdade. Se não tivermos coragem de enfrentar, nós não vamos mexer para melhorar a qualidade da educação, porque cada um acaba fazendo o que quer dentro da sua formação, dentro da sua faculdade ou da sua universidade.

Queria colocar também a necessidade de enfrentamento da questão dos currículos. Quando Presidente do CONSED, começamos uma discussão — Maria Helena se lembra disso porque era Secretária de São Paulo —, e havia oito Estados com currículo no País. Acho que hoje devem ser dez ou doze os Estados, não mais do que isso. E era um enfrentamento muito grande porque, quando levantamos essa discussão, todo mundo acha que não deve haver currículo, que não pode haver proposta curricular, que isso é absurdo, que nós estamos invadindo a liberdade, a autonomia.

Eu acho que esse é um enfrentamento que precisamos ter a coragem de fazer. Não quer dizer que nós vamos esgotar num currículo mínimo, mas precisamos ter coragem para fazer isso. Até porque, querendo ou não — e peço aos especialistas em avaliação que me digam —, nós já estamos fazendo isso, indiretamente, quando cobramos nas avaliações do IDEB, do ENEM, de outras tantas. Só que é na maldade, porque eu vou ver se o aluno aprendeu o que eu não



disse que tinha de ter sido ensinado. Eu vou ver que ele aprendeu, mas deve ter sido pela merenda escolar, porque de outra forma eu não disse como seria trabalhado.

Quero finalizar com a questão da desigualdade. É muito difícil quando temos de tratar as nossas diferenças e, normalmente, temos um discurso do equilíbrio, da igualdade, mas não conseguimos também, quando vamos lidar com política pública, olhar as diferenças. Nosso País é extremamente desigual. As oportunidades são diferentes. O País, como um todo, é ruim na educação, há diferenças dentro dos Estados e regiões, e o enfrentamento precisa ser diferente em cada lugar.

Na condição de representante da Região Norte — sou do Tocantins —, quero fazer esse apelo, para que consigamos, independente disso, fazer o enfrentamento das nossas desigualdades, das diferenças de oportunidades, que precisam ser enfrentadas.

Precisamos ter cuidado quando abordamos a questão da avaliação. Infelizmente, na corrida entre as reuniões de Comissão, só peguei o finalzinho da exposição do Prof. Francisco, e não sei o que ele quis dizer com “vira-lata” — depois ele vai contar —, mas o fato é que tenho muito receio das questões da avaliação.

Inclusive, na proposta em andamento — do IDEB na porta da escola —, o Presidente responsável pela Comissão, ou pela Relatoria do projeto, é o Deputado Ronaldo Caiado. Considero extremamente importante a avaliação. Ela precisa ser aprimorada. Normalmente as avaliações são engavetadas, a escola não apropria.

Quando eu era Secretária de Educação, comecei um trabalho de avaliação. Verifiquei que, às vezes, a escola trabalhava para mandar para a Secretaria a informação pedida sobre o andamento de cada turma, mas não era apropriada. Tenho receio que o IDEB piore a situação, na medida em que acabamos fazendo um grande faz de conta, dizendo que avançou sem que tenha havido avanço ou melhora. E, quando não enfrentamos o problema, não conseguimos melhorar, porque não temos noção de quais são as nossas reais dificuldades.

Quero, então, fazer um apelo. Acho que esse tema, assim como o de que tratamos hoje de manhã, a questão do ENEM... O Prof. Reynaldo sabe da minha briga antiga em relação à questão do próprio ENEM. O ENEM tomou um outro



desenho. Nós tínhamos uma promessa de discutir diretrizes curriculares, a nova organização do ensino médio. A avaliação aconteceu, com todas as dificuldades existentes, mas a mudança necessária no dia a dia da escola, no currículo da escola, não mudou, não aconteceu, não houve influência.

O apelo que deixo é no sentido de que façamos uma discussão estratégica e não tão pontual, com um beija-flor, como estávamos fazendo aqui, em um tema que é estratégico e que, na verdade, envolve tudo: currículo, formação de professor e avaliação. Se conseguirmos isso, teremos dado conta da nossa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Raul Henry.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Sr. Presidente, quero parabenizar mais uma vez a Comissão pela belíssima audiência pública que ora realiza, em uma belíssima tarde, com exposições, todas elas, muito esclarecedoras.

Vou tentar ser muito objetivo, até porque há muitos para falar, e os convidados depois terão de responder as perguntas que lhes foram feitas.

Dirijo preferencialmente ao Prof. Francisco Soares minhas perguntas, que serão três, mas gostaria que todos complementassem as respostas dele, se necessário.

Quando vamos fazer um diagnóstico superficial e sintético do que aconteceu na educação do Brasil nos últimos 15 anos, dizemos que o Brasil realizou avanços. O Brasil universalizou a educação fundamental, criou um sistema de financiamento com o FUNDEF, que depois continuou pelo FUNDEB. O Brasil, bem ou mal, está consolidando uma cultura de avaliação, apesar de algumas resistências. Há 15 anos, fazemos avaliações. O Brasil reduziu a taxa de distorção idade/série nas escolas, reduziu a taxa analfabetismo e ampliou a escolaridade média da população. Então, há um conjunto de avanços nos últimos 15 anos, mas, quando chegamos aí, ficamos diante do grande abismo da qualidade da escola pública. Esse é o grande desafio. E é um desafio confirmado pelo o que Rogério disse aqui.

Quando comparamos a nota da Prova Brasil, do SAEB de 1995, com a Prova Brasil de 2009, nas três séries, quer dizer, na quarta e na oitava séries e no terceiro ano, vemos que elas são muito semelhantes. Então, o que o senso comum diz é que a qualidade da escola pública não avançou, o que é confirmado pelo sistema oficial de avaliação, mas, aí, vem o PISA e diz que o Brasil foi o terceiro que mais avançou



no mundo nestes 10 anos. Há aí uma aparente contradição na nota que está lá. Depois de Luxemburgo e do Chile, o Brasil foi o terceiro país que mais avançou.

Pergunto como se explica essa contradição. O Brasil foi o terceiro que mais avançou porque a base era muito baixa? Foi o terceiro que mais avançou porque quem puxou o avanço foi a escola privada? Foi o terceiro que mais avançou porque quem puxou foi o Bolsa Família, com a melhoria do padrão econômico dessas famílias? Ou isso se deu pela queda da distorção idade/série? Eu, que não sou especialista em avaliação, vejo aí uma aparente contradição, e gostaria que fosse melhor explicado pelos senhores que são especialistas. É a primeira pergunta.

A segunda pergunta é sobre esse *apartheid* educacional que há no Brasil, mas do qual se fala pouco. Eu acho que ele é tão gritante, tão aviltante, que, por isso, falamos pouco nele.

Há um estudo clássico de Ricardo Paes de Barros — ele fez muitos, mas esse é clássico — que mostra que 50% da desigualdade de renda no Brasil tem origem na desigualdade educacional.

Quando pegamos a prova do PISA de 2009, vemos o seguinte: se o Brasil fosse representado apenas pelas escolas privadas, ficaria na 18ª posição. Se fosse representado apenas pelas públicas, ficaria na 59ª.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Não, sem as federais; só com as federais, ficaria em 7º. Mas, em Pernambuco, por exemplo, na federal de lá, no Colégio de Aplicação, a concorrência é maior do que na Escola de Medicina da Universidade Federal. Então, isso não conta.

Mas, se pegarmos a representação das privadas, o Brasil ficaria na 18ª posição. Se pegarmos só das públicas, ficaria na 59ª. Quero, então, perguntar o seguinte: os senhores têm condições de dizer como foi o avanço da escola privada e da escola pública no Brasil, nestes 10 anos de PISA?

A terceira pergunta é realmente muito preocupante. Ouvi aqui — e já havia ouvido isso de forma muito superficial, mas hoje ouvi com muita clareza do Prof. José Francisco Soares — que estamos criando uma realidade muito particular, que a nossa avaliação apresenta uma realidade não compatível com a avaliação internacional. Fala-se muito, por exemplo, que, quando os Municípios atingirem a



média seis no IDEB, o Brasil estará no nível da média da OCDE. E, pelo que ele falou, não é nada disso. Então, eu gostaria que ele me explicasse isso, que é tão gritante. Por que isso? São provas com níveis de exigência e com níveis de dificuldade completamente distintos, e depois esses níveis são colocados dentro de uma mesma escala? Como se explica um absurdo desse?

São as três perguntas que faço para os senhores. E peço que todos fiquem à vontade para esclarecê-las, mas, como foi o Prof. Francisco quem fez essa afirmação, dirijo-me preferencialmente a ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Artur Bruno.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, já fiquei bastante contemplado com o intróito do Deputado Raul Henry, que seria o meu. Então, nem vou fazê-lo, porque acho que S.Exa. fez um diagnóstico muito interessante.

Quero levantar duas questões ainda sobre avaliação.

Sou professor há 33 anos — sou professor de ensino básico, de ensino médio, de pré-vestibular. Fui também diretor de escola. Então, eu diria que tenho uma prática de escola privada e de escola pública. Apesar de no Brasil falarmos muito de escola pública e escola privada, na verdade, o ensino básico no Brasil é público, pois tem 80% das matrículas. Então, o nosso ensino básico é público. Escola particular no Brasil é exceção — e temos de tratá-la como exceção.

Também tenho essa avaliação de que foi um avanço termos, nos últimos anos, preocupação com o processo de avaliação. Acho interessante ver que hoje os Municípios estão discutindo o IDEB. Se chegarmos lá no interior do Ceará, o meu Estado, veremos que os Municípios estão discutindo IDEB — “*O IDEB do Município é tal*”; “*Temos de melhorar o IDEB*”. Acho que isso pode não ser tudo, mas já é alguma coisa. Pelo menos não havia essa cultura antes. Esse é um aspecto.

Outro aspecto, se é verdade que não houve muitos avanços, mas o que nós estamos acompanhando... Por isso eu quero discutir: o IDEB é confiável? Porque, do jeito que nós estamos, vamos chegar a 2021 com 6 mesmo. O que se tem anunciado é que as metas estão sendo superadas. Todo ano há uma meta. E o que



está sendo anunciado, pelo menos de forma oficial, é que as metas estão sendo superadas. Essa é a regra, não é a exceção. A exceção é quem não está chegando à meta. Então, quero entender o que de fato acontece e, para tanto, peço que os senhores justifiquem um pouco isso.

Também sou daqueles que acham que o ENEM foi um avanço. Em tese, se tivéssemos a matrícula líquida, o ENEM seria para um jovem de 17 anos, que faria avaliação ao terminar o ensino médio, e o PISA, a prova para os de 15 anos.

Pergunto, Prof. Francisco Soares — e deixo esta pergunta também para quem quiser dar a sua opinião —: o ENEM é um bom modelo? Entendo que é bem melhor do que o que nós tínhamos. Eu sou professor de pré-vestibular e acompanho isso há bastante tempo. É o modelo do PISA? O ENEM é baseado no PISA? O que diferencia o ENEM do PISA? Se nós temos um modelo nacional, é preciso aperfeiçoá-lo. Poderíamos levar esse modelo do ENEM para os alunos de 15 anos, ao final do ensino fundamental? Seria interessante que déssemos essa importância que hoje se dá ao ENEM, no final do ensino médio, para o final do ensino fundamental, na 9ª série? Poderíamos estabelecer que faríamos aos 14 anos, e não aos 15. Enfim, isso seria interessante? O que fazer com o PISA? O que o Brasil está fazendo? Se nós estamos participando desde 2000, estamos participando para que mesmo? Os senhores veem algum produto disso? Os senhores falaram muito de forma telegráfica sobre isso, gostaria que aprofundassem um pouco. Isso é de responsabilidade de quem? É do Governo Federal? É dos Governos Estaduais? É nossa aqui? Enfim, como os senhores veem isso?

Finalmente, foi falado muito aqui em avaliação de alunos. Eu sempre fui muito preocupado, Presidente Lelo Coimbra, com a seleção de professores no ensino básico. Que tipo de profissional é selecionado? Mais de 90% — digo isso sem medo de errar — no Brasil selecionam professor no ensino básico por uma prova escrita. Eu acho isso um absurdo. Fui diretor de escola privada e escolhia os professores pela história de vida deles, por opiniões ou, então, quando eu não tinha segurança, eu pedia para o professor dar uma aula. Com 20 minutos, eu sabia se ali havia ou não um professor — não precisa mais do que isso — pela forma como ele se coloca, sabe fazer uma síntese, sabe expor, sabe entusiasmar uma turma. Agora, como se



escolhe professor por uma prova escrita? Essa prova não permite saber se aquela pessoa tem capacidade de expor. É um chute, é uma coisa absurda isso.

Lá no Ceará, nós tivemos a coragem, no Governo Cid Gomes, de fazer um processo de prova de conteúdo, de conhecimento — claro que tem que ter conhecimento, uma prova didática e, depois, um treinamento, uma capacitação. Acho que isso é o mínimo que se deveria fazer para selecionar professores. Os senhores não veem essa questão como sendo de muita gravidade? Além do que os senhores falaram, da questão da formação, do papel da universidade, que não forma professores até porque não há treinamento, não há estágio, etc. Aliás, fala-se muito no tal do estágio probatório: *“Não, mas o professor vai aprender fazendo”*. Eu nunca vi, deve haver, mas eu nunca vi um professor que fez um concurso, uma prova escrita e, três anos depois, foi colocado para fora porque não sabia dar aula e, portanto, não seria aproveitado na rede. Então, eu acho que nós estamos nos enganando com essa história. Claro que o estágio é importante, mas o processo de seleção deveria ser: *“Este professor sabe dar aula? Este professor é professor ou é alguém que estudou, que sabe alguns conteúdos e que está sendo selecionado?”*. Acho que isso é muito grave e ainda é muito pouco refletido, lamentavelmente, inclusive nos debates que fizemos aqui nestas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ariosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Inicialmente, eu gostaria de parabenizar todos os expositores e perguntar se vão disponibilizar o conteúdo das exposições para a Comissão, porque há riquezas de detalhes a que gostaria de ter aceso.

Ouvi atentamente a todos os expositores, e quero agradecer ao autor de realização desta audiência pública — acho que foi o Deputado Raul Henry — por essa oportunidade que nos deu de debater com os educadores.

Alimento a esperança de que termos três laboratórios que educação neste País. Torço para que o Deputado Rogério Marinho seja Prefeito de Natal; o Deputado Raul Henry, Prefeito de Recife, e o Deputado Artur Bruno, Prefeito de Fortaleza. *(Risos.)* Dessa forma, vamos ter três laboratórios diferentes, porque S.Exas. são educadores comprometidos com a educação, e isso seria um excelente laboratório.



Alimento uma esperança ainda maior com o PNE. E o Deputado Angelo Vanhoni e o nosso Presidente com certeza vão apresentar um relatório que vai atender a essas necessidades todas apresentadas aqui.

Passo agora às minhas questões — e eu elenquei seis —, para ser bem objetivo. A primeira é relativa ao PISA. Existe alguma correlação entre o PISA e o IDH? Isso me preocupa, porque, de um lado, estou vendo o Brasil avançar no PIB — talvez hoje o Brasil seja a sétima potência em PIB —, e, por outro lado, está na posição 84 em IDH. Mas, como sabemos, o IDH está diretamente ligado à educação, à saúde e à renda. Então, esta é uma curiosidade que tenho: existe essa correlação? Os países que têm melhor PISA têm melhor IDH?

Pergunto: o resultado do PISA está relacionado com o conteúdo da matéria ou com a qualidade do ensino? Está relacionado com o nível do professor, o professor que está lá realmente corresponde?

Dirijo-me ao Prof. Reynaldo para perguntar: a Geometria entra na questão da Matemática?

À Profa. Priscila, que fez uma afirmação importante, resumo minha pergunta no seguinte: nesses países em que as experiências deram certo na educação, quem assina o cheque? Melhor dizendo, quem é o responsável pelo ensino fundamental? É como no Brasil, o Município? É o Estado ou é federal? Aqui, o ensino fundamental é de responsabilidade do Município, e vejo ser nomeada diretora a esposa de um Vereador que não se reelegeu e que não tem nada a ver com gestão escolar. Então, tudo começa lá de baixo. Pergunto, portanto, se o ensino nesses países é federalizado. Para mim é muito importante saber quem é o responsável por essa questão do ensino fundamental.

A Profa. Maria Helena tocou o dedo na ferida quando falou na questão do professor. E, aí, vou fazer uma pergunta direta. Quando vejo os Municípios mais distantes — e a Deputada Professora Dorinha disse muito bem que neste Brasil há muitos brasis —, enxergo na educação a distância uma ferramenta importante, desde que seja bem trabalhada para atender as professoras que estão ali, muitas delas querendo fazer um mestrado, ou uma licenciatura, e trabalhar no conteúdo principalmente é fundamental. Os senhores acreditam essa ferramenta, o ensino a distância, pode ser adotada com eficiência, dispensando o ensino mais presencial?



E, finalmente, uma pergunta para todos e que é a minha grande discussão aqui nesta Comissão: o que fazer com os que não têm tempo de ir para a escola, os analfabetos funcionais do País? Temos um avanço tecnológico presente e crescente. Da população de 15 a 64 anos, hoje há 130 milhões de brasileiros, e 50 milhões são analfabetos funcionais. Coloquei essa questão aqui na Comissão, e o Relator acatou emenda em que aponto o caminho da extensão como o caminho que pode chegar a essa população. E essa população não vai ter tempo de ir para uma escola formal, mas precisa aprender. E eu vejo na extensão das universidades, dos institutos tecnológicos um caminho para se chegar a eles.

Por isso, quero fazer chegar a mão de todos os senhores esse trabalho que a Comissão fez sobre a extensão tecnológica, e ouvi-los sobre se esse é um caminho que podemos perseguir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Paulo Freire. *(Pausa.)*. Não está.

Vou fazer um comentário final antes de passar a palavra aos convidados.

Na realidade, as perguntas principais já foram feitas, por isso, quero apenas comentar algumas coisas que tenho vivenciado no âmbito desta Comissão e na experiência que tive na Secretaria de Estado de Educação. Há momentos em que temos impressão de que estamos construindo um conjunto de campos de intocáveis. Nós discutimos avaliação, como se tocar fosse algo que nos causasse retração ou desconforto. Todo mundo quer fazer uma bela avaliação sobre como fazer uma avaliação, mas não quer criar desconforto para quem está sendo avaliado. Então, estamos construindo um ambiente de intocáveis, e a primeira questão que quero levantar é sobre este ambiente de intocáveis em que tal processo se dá.

Com um conjunto de Deputados, visitei uma empresa pública de caráter privado que gere o Hospital das Clínicas do Rio Grande do Sul há 40 anos. Uma experiência exitosa, específica de lá, que acabou gerado no Ministério da Educação, em associação com o da Saúde, a proposta de criação de uma empresa nacional, com possibilidades locais, para gerir os hospitais universitários.



Os Reitores todos se manifestaram formalmente contrários. Mas chegavam aqui aos nossos ouvidos e diziam: *“Vai ser muito bom para nós, mas não posso me expor defendendo essa proposta”*.

Quanto ao tema do IDEB — e estou com dois projetos para relatar —, a Deputada Professora Dorinha lembrou muito bem. O IDEB nas escolas, que é um debate que foi para a mídia, está em discussão em alguns locais, gerou dois projetos que solicitei para cá. As escolas que são bem avaliadas viram manchetes. As que são mal avaliadas vão para o subterrâneo. Então, o instrumento da má avaliação não serve para fazê-la progredir, mas para fazer mais grupos de intocáveis e segregados. Então, ficam os intocáveis e os segregados.

Estou relatando o projeto da escola de tempo integral. São dez os projetos a respeito que há aqui na Casa, anexei todos e estou relatando. Mas combinamos com o MEC fazer um encontro com representantes de 50 experiências municipais — e foram lá professores, a UNDIME, experiências municipais, experiências privadas, etc. Depois que falaram uns 15, a sensação que tive foi a de que eu estava num ambiente cujas linguagens não se reconheciam. Quando usei a palavra, comecei dizendo que a impressão que eu tinha era a de que todo mundo ali possuía uma força que ia na direção contrária das outras e que o resultado final disso era uma inércia, uma força zero. Ninguém produz nada, porque ninguém quer tocar em nada do outro. O ambiente da intocabilidade é muito grande. Aí nós ficamos discutindo pontualmente: o IDEB é bom, o ENEM é bom, isso avalia, isso não avalia.

Então, nós vamos pegando ponto a ponto, sem discutir o que eu acho que ao fundo, ao fim e ao cabo é ou deveria ser. Qual o método que vamos usar para produzir um método de avaliação? Qual a engenharia de política pública que vai ser usada para quebrar as intocabilidades?

Então, existe um conjunto de dogmas, um conjunto de paradigmas, e quando se vai para o debate, ou se é demonizado, ou se é... Quando chega uma representação de professores na Comissão de Educação, independentemente da motivação que os coloca ali, eles são saudados como reis por todos os Deputados. Quando chega alguém que quer produzir uma provocação, o Plenário se divide. Uma parte acha que *“essa provocação não me representa, se colocá-la é preciso colocar outra que faça um contraponto”*... Aí se vão criando os ambientes onde a



força de inércia é a que predomina e onde a intocabilidade é construída, solidificada, toma uma forma permanente e nos deixa prisioneiros. E podemos fazer a angustiante afirmação da Dorinha: discutimos aqui tantas coisas aparentemente sem necessidade, e para tratar de algo com tamanho vigor, tamanho vício e grandiosas presenças nos deixam tão pouco tempo.

Então, na realidade, não é uma pergunta, mas um conjunto de inquietações que eu queria deixar sobrevoando a Mesa.

O Sr. Reynaldo está com problema de horário, e a professora está com problema de avião. Então, se os outros não se incomodarem, eu daria a palavra aos dois, em sequência, e depois seguiria com os demais componentes da Mesa, o.k.? Alguém mais tem problema de horário? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Sr. Reynaldo.

O SR. REYNALDO FERNANDES - Obrigado, Sr. Presidente. Vou retirar-me porque vou voltar para o Conselho Nacional de Educação, onde tenho que participar de uma reunião.

Existem várias questões aqui e vou limitar-me a tentar discutir um pouco as questões de avaliação, porque eu acho que, dados os vários especialistas aqui na Mesa, eu deveria tratar dessas questões.

Então, fazendo um apanhamento geral, primeiro, como essas avaliações deveriam ser vistas? Vamos entender o que elas são. Em geral, o que chamamos de avaliação deve ser visto como indicador de aprendizado. Então, essas avaliações, em geral, são os indicadores de aprendizado. Elas não dizem respeito... No caso do PISA, eu posso ver se os alunos de Xangai são muito melhores do que os alunos brasileiros no aprendizado em Matemática. Ele não diz nada a respeito de como se formou esse aprendizado — quanto é escola, quanto é família, quanto são os elementos que impactam isso. O aprendizado não depende só da escola. Aliás, dentro de uma mesma escola, numa mesma classe, varia entre alunos. Portanto, esses indicadores são isso.

Para que servem? É a primeira pergunta. Para avaliar a escola, por exemplo. Mas aí ela não é direta, eu tenho que verificar. Dado aquele aprendizado, o que eu esperaria com os alunos que recebo etc. Esse é um passo muito além do que geralmente é publicado. Acho que estamos aprendendo a lidar com isso. Não posso



pegar qualquer dessas avaliações e falar que é a escola, porque existem vários elementos que estão ali. Então, é isso que elas nos ajudam a avaliar. A avaliação é sempre feita. Os pais fazem, os professores fazem, todos fazem. Estou dando mais indicadores para fazer isso.

Por que é importante? Para ter melhor avaliação dos pais e da própria escola. Eles podem achar que estão bem, que não estão tão bem etc.

Há pouco tempo, estive num seminário com o David Figlio, uma pessoa de Northwestern, um especialista na questão. Ele acabou de fazer um artigo, está sendo publicado. Ele faz uma revisão de todos os estudos da divulgação de avaliação. Os resultados mostram que, em geral, não é sempre, nem em todo lugar, tende a melhorar o desempenho do aprendizado dos alunos quando existe um sistema maior de avaliação. Existem problemas? Sim. Por exemplo, mau uso. A imprensa frequentemente usa errado. Nós temos que aprender, e a saída é uma cultura avaliativa: saber ler. Eu acho que esse é um processo em que temos que caminhar.

Outra questão: como fazer a avaliação? Há duas coisas importantes nesses indicadores que são decididos. Primeiro, como avaliar, e a outra questão é o que avaliar. O que avaliar não é, na verdade, uma decisão de avaliação, é uma decisão do que eu espero da escola, quais são os elementos que eu espero que os alunos aprendam. Tem muito a ver além da avaliação. Definido isso, como avaliar TRI? E aí entram os técnicos, reunião com o Chico, que está aqui, enfim, há toda uma discussão entre os técnicos sobre a melhor forma e tal. Mas existe uma discussão que não é técnica, é o que nós esperamos da escola.

Existem duas formas de construir uma avaliação sobre as quais temos que conversar, que é um pouco o que a Maria Helena fala. Uma é que eu parto de um currículo. Esse é o currículo? Então eu vou fazer uma avaliação. Outra é que eu parto do que eu espero — o que eu falei do PISA — que as pessoas devem saber ao final. Evidentemente, uma tem que conversar com a outra. Se eu parto de um caminho de se definir as finais, espero que o currículo vá-se ajustando — é o puxa. Ou eu faço o currículo e mando ajustar a avaliação — é o empurra para a avaliação. Então, qual é a saída? Essa é uma discussão.



Num país como o nosso, acho que tem que ser no sentido de definir o que seriam os elementos principais — essa é minha opinião pessoal — e depois a orientação do currículo. Eu acho que vai ser muito complicado... Aliás, não haveria avaliação se tivéssemos que partir do outro lado: definir o currículo primeiro e depois a avaliação. A Maria Helena estava lá quando foram definidas essas questões. Seria muito difícil fazer, porque não tinha currículo. Acho que essa questão é um pouco o que a Dorinha estava falando, que é a questão de quando se discutia o ENEM, que tinha que se discutir quais seriam as expectativas para construir a avaliação e essa matriz, que eu acho que é um caminho que ainda tem de ser percorrido. Na verdade, o que esperamos da escola, quais são essas principais habilidades?

Então, às vezes, são misturadas questões técnicas com questões do tipo que escola eu quero. Eu posso ter uma escola tecnicamente excelente, mas eu posso achar que se está medindo errado; posso achar que eu estou medindo as coisas certas e medir de forma ruim.

Essas são as duas questões. Toda avaliação está sujeita a erro. Por isso, é bom fazê-las mais de uma vez, inclusive ter ciclos, porque aí um erro muito grande numa avaliação não se dá em outra.

Essas são algumas questões.

Há a questão de impacto do IDEB. Na verdade, o IDEB tem suas deficiências, mas eu acho que ele tem cumprido... Existem uns estudos, eu acho que... Primeiro, as avaliações nacionais e internacionais têm uma relação, elas não são tão díspares. Na verdade, o que acontece é que de 1995 até 2000 caem as avaliações. É o período de grande crescimento de pessoas e a melhoria do fluxo no sistema. E eu tenho o PISA a partir de 2000, e as avaliações nacionais começam a crescer a partir de 2000 também. Elas caem de 1995 a 2000. E depois, em 2001, elas começam a crescer. Então, se eu pegar o PISA e as avaliações nacionais, existe essa relação. Mas se eu pegar 1995 e 2000, estão parecidas. Matemática está um pouco acima e Língua Portuguesa está um pouco abaixo. Mas aí falam que nós estamos na mesma coisa. Houve uma queda, depois uma melhora. Teve um ataque, foi para o hospital e saiu: *“Estou melhor?” “Não melhorou nada, está igualzinho ao que estava antes”*.



Nós tivemos uma queda, mas o fluxo é melhor. Então, se eu olhar a qualidade da avaliação do conhecimento e o fluxo, nós estamos melhor, porque eu tenho o mesmo nível de aprendizado com mais gente na escola, com um fluxo melhor. Então, nós melhoramos. Se nós melhoramos no ritmo certo ou não é uma outra questão; e que ritmo é esse.

Há várias questões. Acho que a avaliação é importante. Há muita coisa para ser discutida, questões de desigualdade etc. Mas eu acho que vem melhorando e eu gostaria que se avaliasse e crescesse até mais.

Há uma última questão, a da importância da mobilização. Existe. Há um estudo da Fundação Getúlio Vargas, uma tese — eu vi o artigo —, mostrando, num exemplo de mobilização, o impacto do resultado do IDEB na probabilidade de reeleição do Prefeito. E o estudo mostra que o aumento do IDEB aumenta a probabilidade de reeleição, ou seja, de alguma forma, a sociedade olha. E o interessante é que de 2004 para 2005, não houve impacto do IDEB, porque ele foi divulgado depois da eleição, não podia ter. Mas a divulgação de 2007 impactou a eleição de 2008, ou seja, nos Municípios onde o IDEB cresceu de 2005 para 2007 houve um peso, aumentou a probabilidade de reeleição. Não basta para reeleger o Prefeito, mas, de alguma forma, impacta e mostra que a sociedade olha.

O que acontece, para terminar, é que, na verdade, algumas escolas olham e algumas escolas não olham. Infelizmente, aquelas escolas que gostaríamos que estivessem olhando melhor são as que não olham. As escolas que mais olham essas avaliações, em geral, são aqueles que estão melhores.

Portanto, a avaliação é uma coisa importante. Não vai revolucionar. Se nós fizéssemos a avaliação e tudo estivesse resolvido, seria muito fácil. Não é isso o que vai acontecer. Mas ela traz uma informação importante, que leva à reflexão. Avaliação, diretamente, não é insumo educacional; é alguma coisa que traz maior mobilização para que estudemos e vejamos quais os insumos importantes. Ela ajuda a identificar bons exemplos e tentar ver quais cidades e escolas estão tendo bons resultados. Portanto, a avaliação é importante, entre várias outras coisas que têm de ser feitas, para melhorar a educação.

Vou pedir licença, pois terei que voltar para o Conselho Nacional de Educação.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Reynaldo, pelo esforço, pelo empenho de estar aqui e, especialmente, pela contribuição deixada.

Com a palavra a Profa. Maria Helena.

A SRA. MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO - Eu também vou ser breve e vou-me concentrar nas questões de avaliação, currículo e informação, pontos que, mais ou menos, permearam todas as perguntas feitas aqui. Não vai dar para responder a cada uma.

Primeiramente, eu acho importante dizer que o Deputado Henry destacou uma melhora. Realmente, Deputado, o senhor tem razão, não é que o Brasil de hoje esteja igual ao de 15 anos atrás. Houve melhoras, sim, melhoraram os indicadores. Eu acho que o ritmo é fraco, falta fazer muito mais.

O que nós estamos discutindo aqui é como poderíamos ter feito melhor — se não o fizemos, vamos fazer daqui para a frente —, por exemplo, com a experiência do PISA. Eu acho que a experiência do PISA tem muito a nos ensinar, e nós usamos pouco essa experiência.

Primeiro: o Brasil tem um bom sistema de avaliação; comparado a qualquer outro país, o Brasil até que tem um sistema, do ponto de vista metodológico, de sua estruturação, bom. Só que não adianta ter um bom sistema de avaliação se não temos uma política de uso dos resultados da avaliação; se nós não temos bons relatórios analíticos dos resultados para mostrar para a escola como fazer para entender aquele resultado e como pode melhorar; se nós não definimos quais são os padrões, o que se espera que os alunos aprendam ao final de cada etapa da sua escolaridade. E que esses currículos dos Estados e Municípios estejam organizados, como disse a Deputada Dorinha, para poder orientar a escola, porque para a escola um número é um problema, ela não tem a menor ideia do que vai fazer.

Eu visito escola toda semana. Nos últimos 4 meses, visitei 40 escolas públicas da periferia de São Paulo. Eu estou, a cada dia, mais impressionada ao verificar como é difícil fazer a escola melhorar, porque os professores... Está faltando professor. Em muitas escolas, não há professores em número suficiente. Os alunos também faltam muito. Não há professor substituto, e o absenteísmo de professor é



alto. Isso é verdade em São Paulo, é verdade no Rio de Janeiro, é verdade em outros Estados que eu tenho visitado.

Então, vamos combinar que é muito difícil acharmos que a escola vai melhorar se o professor não tiver uma carreira boa, uma carreira atraente, uma boa formação; se ele não tiver um apoio na sala de aula para desenvolver o seu trabalho; e se o aluno não for estimulado. Quer dizer, o mínimo para a educação funcionar não está sendo assegurado.

O que eu estou dizendo aqui é, primeiro, que a avaliação precisa ter uma política que ajude a analisar, interpretar o resultado para ajudar a escola a melhorar a sala de aula. Isso não há. O último relatório analítico do SAEB é de 2001. Nós nunca tivemos um relatório de análise pedagógica dos itens do SAEB de 2003 para cá, nem da Prova Brasil.

Eu acho que isso precisa ser feito. Isso não vai resolver o problema da qualidade, mas ajuda. Ajuda o programa de formação de professores, ajuda a formação continuada, e ajuda o professor e a escola a entenderem como analisar e interpretar o resultado.

Alguns Estados fazem — São Paulo, Tocantins, Minas Gerais, Ceará — a análise do erro nas avaliações estaduais.

Então, quando os especialistas pegam os resultados da avaliação, analisam o erro e fazem uma análise pedagógica, e o professor lê a explicação do erro mais recorrente nas provas de avaliação — o senhor, que é professor de cursinho, sabe —, isso ajuda o professor a melhorar o seu desempenho na sala de aula. Isso o Brasil não está fazendo. Há uma experiência aqui, outra ali, mas não há uma política nacional que incentive a escola a entender o erro.

Se as faculdades de educação tivessem esse material, poderiam estar fazendo um trabalho com os futuros professores que vão assumir a sala de aula. Os relatórios de avaliação não fazem parte dos programas de formação inicial dos professores. Então, os professores brasileiros saem das faculdades sem a menor ideia do que é uma métrica, do que é uma medida, do que é uma avaliação, de como se constrói uma escala de proficiência.

Embora eu defenda a avaliação, às vezes eu tenho sensação de que a avaliação acaba causando um massacre, porque nós não explicamos para o



professor como os resultados são construídos, e os relatórios não explicam. Então, ter um número não vai resolver.

Eu acho que essa é uma dívida que os especialistas e os formuladores de política têm com as escolas públicas do Brasil, porque o professor não é mágico. Se ele não recebeu aquela formação inicial, não está preparado e, se não existe uma política para ele saber entender o resultado, ele não vai fazer nenhuma mágica. Não vai. Ele vai ficar ali desesperado: *“Como eu faço para atingir a meta, para fazer isso, fazer aquilo?”* É difícil, não é?

Currículo. Nenhuma avaliação resolve sozinha o problema de currículo. O que nós temos que fazer — foi isso o que entendi da fala do Prof. Francisco Soares e da fala da Priscila — é definir o que esperamos, quais são as expectativas ao final de cada etapa de aprendizagem. Com base nisso, os Estados e Municípios já estão fazendo. A Deputada Dorinha mencionou dez Estados.

Quando eu estava em São Paulo, implantamos o currículo de São Paulo. Ontem vários diretores reconheceram que a coisa mais importante que aconteceu nos últimos anos foi haver um currículo, que é uma orientação. Aquilo não é uma receita de bolo pronto, mas uma orientação. Cada professor vai desenvolver do jeito que ele acha que dá para fazer, que é mais interessante, que tem mais a ver com a cultura local, com a cabeça dele, com a formação dele.

Ocorre que a avaliação faz um recorte no currículo. Qualquer matriz de avaliação, seja a matriz da Prova Brasil, seja a matriz do ENEM, é um recorte do currículo. Então, é um erro imaginar que a matriz do ENEM vai resolver o problema do currículo do ensino médio. Não vai, porque o currículo do ensino médio não se limita a uma prova do ENEM. A prova do ENEM será sempre um recorte no currículo, assim como a Prova Brasil. A Prova Brasil tem 93 perguntas de Português e 93 de Matemática. O SAEB tem um pouco mais, chegava a ter 150 itens. E o ENEM tem 45 perguntas de cada uma das áreas. Isso é um recorte pequeno do currículo, que precisa ser desenvolvido para que os alunos desenvolvam as habilidades e competências esperadas.

Eu fico feliz de ter vindo aqui e de ter ouvido de todos os senhores as preocupações substantivas da Comissão do Plano Nacional de Educação, com questões que são de enorme relevância para a educação brasileira daqui para



frente. Eu acho que temos de ter uma nova agenda, uma agenda mais ousada. Temos de acelerar o ritmo, dar saltos agora, senão nós não vamos conseguir melhorar minimamente aquela tabela que o Prof. Francisco Soares mostrou. E daqui para frente é mais difícil. Colocar todos na escola, montar sistema de avaliação não é tão difícil. Daqui para frente é mais difícil. Melhorar a qualidade exige enorme esforço em currículo, avaliação, uso dos resultados da avaliação e carreira do professor. Essas coisas vão ter que andar juntas, senão nós não vamos melhorar.

Eu espero que, com o trabalho de todos os senhores, realmente consigamos, como disse a Deputada Dorinha, aprofundar temas que são estratégicos para uma nova agenda da educação básica no Brasil. A agenda para trás já foi. Agora é um novo momento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Maria Helena, a senhora considera importante para a formação de professores a ferramenta da educação a distância?

A SRA. MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO - Desculpe-me, Deputado, eu havia até anotado aqui essa questão. Acho que a educação a distância é fundamental. Para a formação continuada, ela é insubstituível. Agora, para isso, é preciso ter uma boa plataforma, definir o currículo, definir as expectativas de aprendizagem. Precisamos ver a qualidade dos materiais e capacitar muito bem os professores tutores que vão fazer a ligação com os professores que estão nas escolas, para que eles tenham essa possibilidade de acesso.

Acho que hoje essa preocupação está presente. Várias entidades ligadas à educação, grupos públicos e privados estão procurando desenvolver materiais de formação de professor a distância e presencial. O livro didático é uma ferramenta importante e ele tem melhorado de qualidade cada vez mais.

Quanto ao nosso professor, sabemos que, muitas vezes, é a primeira geração que está chegando à universidade, que está tendo a oportunidade única de fazer essa mobilidade social. O nosso professor precisa ter muito apoio, precisa ter muito material didático de qualidade, ter acesso a todas as tecnologias, ter mais oportunidade de conhecimento, formação continuada — 75% dos professores



brasileiros têm menos de 35 anos e ainda muito tempo de carreira pela frente — e a certificação.

Priscila falou sobre a certificação. Ontem houve um seminário em São Paulo, organizado por mim, sobre formação inicial de professores. O seminário foi muito interessante, mostrou as experiências de certificação para evolução na carreira. Há experiências exitosas, muito boas, em diferentes países, no Canadá, na Austrália, em Portugal, no Chile, na China. Enfim, temos muito a aprender. Eu acho que elas podem nos ajudar enormemente a renovar os critérios de progressão na carreira para que a tornemos realmente cada vez mais atraente, com salários melhores, claro, com uma boa formação e um trabalho bem feito.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Profa. Maria Helena pela contribuição e pelo conteúdo deixado para nós.

Vou tomar a liberdade de seguir a ordem de fala daqueles que usaram a palavra, tendo resolvido os problemas de urgência do Prof. Reynaldo e da Profa. Maria Helena.

Passo a palavra ao Sr. Amaury Gremaud.

O SR. AMAURY GREMAUD - Obrigado.

Vou tentar responder algumas questões ou pelo menos apresentar algumas visões. Começo pela questão do nosso progresso, pela comparação das avaliações nacionais com as internacionais e pelo avanço no IDEB.

Reynaldo já começou a responder um pouco. Existe uma “barrigada” na educação brasileira no lado da qualidade. Se olharmos as pontas, veremos que estamos muito próximos, mas, no meio, há uma “barrigada”. No caminho dessa barrigada, há um processo de inclusão que não é completo...

(Não identificado) - Professor, apenas um aparte. Essa “barrigada” só é da 1ª à 4ª série. Quando observamos o gráfico da 8ª e do 3º ano, vemos ele oscila, mas não há “barrigada”. Isso foi repetido aqui. Se olharmos a nota do SAEB e da Prova Brasil, veremos que só há “barrigada” até a 4ª série. No restante, ele oscila, mas permanece na média.

O SR. AMAURY GREMAUD - Se pegarmos os dados do PISA relativos à 8ª série e acompanharmos essas evoluções, veremos que são muito pela idade. Agora,



quando abrimos os dados do PISA, vemos qual é a participação de cada grupo de série nos dados da idade brasileira. O que conseguimos ver é que, na composição da amostra brasileira no PISA, vai aumentando cada vez mais o número de alunos que estão nas séries mais avançadas.

Para muita gente, é isso que está fazendo o nosso progresso no PISA. Se considerarmos os alunos somente na série, haverá uma constância. Agora, há mais alunos na série acima; a média, portanto, sobe. Acho que é isso que ajusta um pouco aquela incompatibilidade que o Sr. Deputado tinha apontado.

Uma questão importante no Brasil é que a qualidade ou não tem piorado ou tem melhorado na 4ª série, com um fluxo melhor. Este é um dado positivo: a qualidade nas séries não melhora tanto, mas o fluxo está melhorando sem piorar a qualidade, como poderia ter acontecido, ou seja, haveria mais alunos na série, mas a qualidade cairia.

Este é um dado positivo, mas poderia ter sido muito mais positivo se a qualidade daquela série tivesse subido muito mais. Nesse caso, estaríamos mais felizes quanto a esse progresso. Mas não podemos dizer que não chegou a haver um progresso, pois talvez poderia haver situações até piores. Isso não nos deixa felizes, mas, enfim...

Outra questão são as metas do IDEB. Como já foi dito, todo o mundo está feliz porque estamos cumprindo as metas do IDEB. Acho que estamos na parte fácil do processo. Tenho dúvida se as metas do IDEB, à medida que o tempo for passando e continuarmos nesse ritmo e nesse processo de melhoria, vão ser atingidas com tanta facilidade, como está acontecendo, talvez, nos dois ou três primeiros anos, em que está havendo mobilização, o IDEB chama atenção, as pessoas estão olhando e tal.

Desde quando o IDEB foi montado, sua meta não é tão simples assim de ser atingida. Acho que começamos bem, não vou dizer que estou achando ruim termos atingido as metas do IDEB. Mas eu não diria que não é fácil. Eu não olharia para isso e diria: *“Olha, vamos atingir o 6 com facilidade, daqui a 5 ou 10 anos”*. É um número difícil de ser atingido. Por isso eu tomaria bastante cuidado com o IDEB.

O IDEB não é o único indicador. Podemos compor outros indicadores. Quanto às metas do IDEB, olhando a história e a evolução, vamos ter dificuldades e



precisaremos acelerar o processo de melhoria da qualidade se quisermos efetivamente atingi-la, mesmo se esse IDEB 6 não for o ideal. Talvez estejamos comemorando um pouco cedo. Temos de dar um pouco de tempo, pois as coisas vão ficar difíceis.

Em relação ao uso das avaliações, Maria Helena apresentou uma questão importante. Eu acho que os senhores receberam os relatórios do PISA. É um material muito bem montado, forte, etc. Eu fico triste ao ver que, por exemplo, as faculdades de Educação e de Pedagogia praticamente desconhecem esses relatórios e não os usam. Eles poderiam ser uma forma interessante de uso. As pessoas poderiam ser chamadas para fazer melhor uso deles.

Agora, é verdade o que a Maria Helena disse: nas avaliações nacionais, normalmente os relatórios não são tão caprichados, vamos dizer assim. Nós poderíamos trabalhar melhor esses relatórios, o conjunto de informações que damos para a sociedade. Parece-me que, no atual momento, estamos usando muito o dado final, a média, como diz o Chico. Talvez, abrir simplesmente as porcentagens dos alunos de determinadas faixas já seria um avanço. Isso significa que os dados têm de ser fornecidos com maior amplitude, que nós temos que trabalhar melhor esses dados.

Quando chegamos, de fato, às escolas, vemos é muito difícil trabalhar com os diretores, com os professores, com os dados de avaliação, porque aquilo, para eles, caiu de lá. Eles têm os dados, sabem que o IDEB deles é aquilo, podem até saber que a Prova Brasil foi 253 e alguma coisa. Se já é difícil para eles saberem o que isso significa — o número de alunos que estão nas faixas X, Y ou Z —, quanto mais usar isso de alguma forma na sua prática cotidiana. Entre um e outro há uma distância enorme.

Isso significa que temos um enorme trabalho a fazer, os integrantes desta Mesa, os especialistas, na hora de produzir esses indicadores. Menciono também as secretarias, no sentido de trabalharem esses indicadores com as avaliações. Várias secretarias trabalham isso.

Isso poderia ser trabalhado também nas faculdades, nas faculdades de Educação, nos cursos de formação. Nesses lugares, a meu ver, falta completamente esse trabalho. No caso das avaliações, se corresponderem a 1% ou 2% do currículo,



é um exagero da minha parte. Esses negócios não entram no sistema. O professor se vê absolutamente despreparado para lidar com essas informações.

Então, relativamente ao uso das avaliações, temos um enorme caminho a percorrer, mas me parece que isso pode trazer um efeito muito positivo. Nesse caso, a formação continuada, inclusive dos professores, com educação a distância, treinamentos, pode ser uma saída importante. São Paulo está fazendo isso, vários lugares estão fazendo isso.

A única coisa que me preocupa no que se refere à educação a distância é a qualidade. Na média, é exatamente igual, não perde nem ganha para a educação presencial, mas a variância é grande. Eu posso fazer projetos muito ruins de educação a distância, assim como de educação presencial, e projetos muito bons, mas há grande variância nas experiências que conhecemos de educação a distância. Temos algumas experiências traumáticas, eu diria, algumas dificuldades, e temos que as isolar um pouco.

Parece-me que esse é um dos melhores instrumentos que temos hoje, um instrumento fundamental para o Brasil. Só que a forma como se usa a educação a distância é chave nessa discussão. Não é qualquer educação a distância que ajuda e que pode levar as coisas para frente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Amaury, pela contribuição.

Com a palavra o Prof. José Francisco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES - Muito obrigado.

Primeiro, tendo em vista o que vou falar em seguida, eu gostaria de deixar muito claro que o IDEB foi um avanço para se olhar a educação brasileira. Outro dia brinquei com o Prof. Reynaldo, disse que ele deveria ganhar prêmio de economia por ter desenvolvido o IDEB. Então, o que eu vou falar em seguida tem que ser visto dentro desse contexto de respeito que existe, para contribuição.

Deputado Artur Bruno, eu lhe desejo sucesso em sua empreitada, se é que é verdade que...

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - A intenção é verdadeira.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES - A intenção é verdadeira. Pois bem, o Deputado então vira Prefeito de Fortaleza e me pergunta: "*Professor, como*



umentar o IDEB?” Primeiro, eu lhe diria que respeitasse a lei. O que se vai fazer? A primeira coisa é não deixar os 50% (piores alunos) fazer a prova. Nós não podemos penalizar ninguém que cumpre a lei. O PNE é lei. Se sair desta Casa uma lei que permita isso, o que essa lei estará fazendo? Estará abrindo caminho para a exclusão de alunos.

Mas, não satisfeito com isso, o senhor pode pegar os 50% e dizer o seguinte: *“Olha, eu vou fazer uma turma olímpica, eu vou treinar os meus melhores alunos, porque, como o IDEB é uma média, a nota de um compensa a nota do outro”*. Não existe para mim o aluno médio. Existe o cidadão que tem ou não tem direito. Então, quem não aprendeu não teve o direito reconhecido. É claro que, se sair daqui essa lei, isso então está liberado, que é o que está acontecendo.

Não satisfeito com isso, mande as professoras se concentrarem em Matemática, porque a fórmula interna do IDEB, por um artefato estatístico, favorece o desempenho. Então, se a lei sair daqui dessa forma, vamos estar criando uma situação na qual teremos IDEB alto, mas não teremos o direito à educação respondido.

Felizmente, eu não tenho nada a ganhar nem a perder. Eu não sou intocável. Mas o mundo está assim. Esta Casa foi submetida a uma enorme pressão. Se essas pressões forem atendidas na sua totalidade, não vai acontecer nada. Foi por isso, Deputada Dorinha, que eu disse que vamos continuar sendo os vira-latas da educação internacional. Então, a questão do IDEB precisa ser discutida. Reynaldo tem toda a razão, nós precisamos de um indicador.

Muitas vezes dizemos que melhorou. Eu fiz um estudo e descobri uma cidade de Minas, Claraval, com resultado absurdamente diferenciado. Minas tem 853 Municípios. Não dá para sabermos o nome de todos. É uma cidade minúscula, que colocou na Prefeitura os alunos tendo aula. Ora, se o currículo tivesse sido bem feito, eu estaria superfeliz. As pessoas dizem assim: *“Ah, com a avaliação, diminui-se o currículo”*. Se ele foi bem feito, viva a instrução. Agora, nós não sabemos se isso vai cair na prova de Matemática da Prova Brasil.

Considerem aquela minha crítica de independência. Da Prova Brasil, que é o indicador que vamos considerar quanto à qualidade da educação no País, a sociedade tem que participar. Alguém numa comissão tinha que dizer: *“Olha, nós*



vamos perguntar isso. Isso é suficiente? Nós não fizemos isso". Então, estamos absolutamente a favor de tudo o que melhore a educação. Mas esse número precisa ser aperfeiçoado.

Se eu pudesse deixar um pedido, eu diria que precisamos de um indicador. Mas esse indicador, tal como está, precisa ser aperfeiçoado. Qual é o problema? É que tudo neste País ou é daqui ou é de lá. Neste instante, precisaríamos ter uma discussão que fosse desarmada, que é o que eu tento fazer. E ando apanhando dos dois lados. De um lado se diz o seguinte: *"Puxa, o Chico agora não é mais a favor dos números"*. Eu sou a favor dos números honestos. Apanho da direita. Apanho da esquerda: *"Mas o Ministro é candidato. Você não pode falar mal do IDEB"*. Percebem? Então, é isso que estou falando. Como não estou preso, eu estou dizendo que precisa haver reflexão. Não havendo reflexão e sendo malfeita a lei, há impacto. Esse é o ponto.

Mas não satisfeito com isso, Deputado, Prefeito... *(Risos.)* Isso é ótimo, e que ocorra. Ponha o IDEB na porta da escola. Sabe o que vai acontecer? O senhor vai colocar o IDEB na porta de todas as escolas que atendem às classes excluídas.

Isso, no Chile, foi chamado de Semáforos de Lavín. Lavín foi demitido. Ele era Ministro da Educação. Foi demitido porque pintou de vermelho. E aí quem ficou?

Eu sou completamente a favor. Agora, o IDEB, tal como está feito, reproduz o nível socioeconômico da escola, da cidade, do Estado. Então, o que eu quero é o contrário, eu quero que haja superação. Não se vai jogar lama na escola e se achar que a escola vai melhorar. Então, nós precisamos mergulhar nisso com respeito. Eu não tenho dúvida, a discussão é técnica. Não houve discussão técnica. Se a lei que vai ser feita tiver essas imperfeições... Estamos numa democracia, eu quero que a lei seja respeitada. Então, boas leis, para que haja efeito.

O ENEM é um bom modelo, mas o modelo do ENEM é o que menos se discute. O ENEM juntou algumas finalidades. Ele é vestibular, ele é avaliação de escolas, ele é certificação. O que ocorre? O vestibular exige sigilo. Avaliação de rede, comparação de escola exige que se tenha uma escala. Essas duas coisas são incompatíveis, ou pelo menos não são compatíveis no curtíssimo prazo.

Ficamos discutindo loucamente detalhes, e não discutimos aquilo com que nós dois concordamos completamente. Há muita gente que tem dificuldade com a



palavra competência. Use a palavra capacidade. Nós queremos um ensino para a vida.

Eu não estou preocupado. Quando eu disse que a maioria dos alunos que fizeram 100% de Matemática não sabem a matemática do PISA, isso é sério. Não sei se repararam, mas o Brasil tem ponto 1 no nível 6, e a China tem 26. Eu juntei, para não humilhar demais, o 5 e o 6. Eles têm 63 vezes mais pessoas nos níveis mais avançados do que nós. E não nos esqueçamos de que, mesmo que eu parta a China em duas, eles são muito mais. Por isso é que não vai contratar um engenheiro brasileiro.

Portanto, é preciso que haja um projeto e seja conhecido pela sociedade. Tem que se cobrar da gente. O que vai cair na Prova Brasil? O pai entende? O Deputado entende? Essa é uma discussão que tem de aparecer. Não houve essa discussão. Isso aqui não apareceu. Nós temos um Plano Nacional de Educação em que falta um elemento básico, que é o projeto. Isso é algo importante.

Não dá para responder tudo, Deputado Raul Henry, mas o que é o 6 do IDEB? O 6 é o nível 3. Um colega meu diz o seguinte: *“Cuidado com o que você pede a Deus, porque ele acaba lhe concedendo”*. (Risos.) É nível 3. Com nível 3 no PISA, não há inovação.

Então, a nossa proposta está medíocre. Todo o mundo está batendo palmas, mas ela está medíocre. E medíocre para quem? Vem de novo a fala do Deputado, uma fala muito importante. A desigualdade está tão naturalizada que a educação pública não interessa, porque não é a escola dos nossos filhos. Isso mudaram as elites. A escola pública continua não sendo a nossa escola.

O Deputado Marinho falou muito bem. Não vamos dizer que a escola federal é pública. Não, aquela é a escola da seleção, de uma seleção terrível. Eu não tenho nada contra isso. Eu acho que o País precisa de uma elite intelectual, que não seja da mesma cor, que não seja da mesma região. Isso é um projeto extremamente importante. Mas a nossa escola pública precisa dessa coragem. Ela precisa de qual coragem? Nós temos clareza do que queremos. Precisamos de mais recursos. Mas só com recurso não vai acontecer nada. É duro falar isso. Eu tenho resultados e o que for para dizer: nós vamos deslocar, mas o direito daquelas crianças simplesmente vai continuar não sendo respeitado.



Desculpe-me um pouco aqui a emoção. Os senhores vão fazer uma lei. Se a lei for malfeita, vai tudo continuar do mesmo jeito. Eu estou passando por um período de pessimismo nesse sentido, porque a discussão simplesmente não aconteceu.

O Deputado Marinho saiu, mas ele estava falando sobre o que fazer. Façam uma emenda no seguinte sentido: vamos ao IDEB; depois, que se proíba excluir aluno. Pelo menos isso. Pelo menos isso! Do contrário, fica complicado.

Imagine que o seu eleitor tivesse a consciência de falar: *“Esse Deputado votou para me excluir”*. Só que eles não têm. Esse é o nosso papel de ver. Então, minimamente isso tem que ser feito.

Em segundo lugar, que haja expectativas de aprendizagem. Ponha uma vírgula para dizer que nos é permitido ter as especificações compatíveis com o internacional. Não vamos inventar um padrão que nos faça campeões da terceira divisão. O glorioso Fluminense comemora isso, mas nós precisamos de mais.

Desculpe-me a emoção, mas é isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só fiquei triste com a referência ao Fluminense. *(Risos.)* Mas, parabéns, Prof. Francisco.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SOARES - Mas ele foi campeão. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Foi campeão.

Professor, parabéns pela intervenção. Obrigado pela contribuição e pela presença.

Com a palavra o Sr. Alexandre Pinto Carvalho Braga.

O SR. ALEXANDRE PINTO CARVALHO BRAGA - Uma das perguntas que podemos ajudar a responder é sobre como usar a avaliação. É mais que uma resposta, é uma oferta. Esse esforço feito pelo Canal Futura, pela CNI e pela equipe de ir a todos esses países gerou um material muito rico. O pedido é no sentido de que esse material seja usado. Nós fomos a todos esses países e temos essas informações.

Nós temos muitos casos de sucesso documentados, ideias muito boas. Falamos, por exemplo, em colocar o IDEB na porta. Temos explicações sobre os Semáforos dadas pelos melhores especialistas do Chile e o risco que isso



representa. Nós temos casos da Finlândia. Discutimos muito repetência e o seu custo, ou a aprovação automática. Temos casos da Finlândia, que investiu em professores de apoio educacional que resolvem os problemas dos alunos ainda no turno da escola, para que isso dê certo. Nós temos exemplos da China, de escolas e professores mais fortes sendo convidados a ajudar os professores e escolas mais fracos, alcançando resultado absolutamente brilhante. Então, todos esses exemplos, todas essas experiências estão disponíveis.

Como brasileiro, quero dizer que a experiência que eu tive nesses países pode ajudar a responder muitas perguntas. Há uma frase, que ouvi em um dos depoimentos, da qual eu gosto muito. Não existe fórmula única, não se trata simplesmente de copiar e colar, mas há muita coisa por que eles já passaram e que podemos aprender. Eles têm respeito à educação, valorizam princípios de educação que, com certeza, são muito fortes.

Temos a oportunidade de olhar o resultado de uma avaliação. Como foi dito, deve ser olhado nos mínimos detalhes. O tentamos fazer foi olhar a questão nos mínimos detalhes, considerar o lado humano e perguntar para as pessoas, para os alunos, para os professores o que tem dado certo e o que tem dado errado em cada país.

É um convite. Eu acho que pode ajudar muito.

(Não identificado) - Como poderíamos ter acesso a esse material?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A nossa Comissão vai colocá-lo no *site* e vai também enviá-lo para os gabinetes.

A SRA. MÔNICA CARVALHO PINTO - Eu liberei esse *trailer*, de que só vimos uma parte, para que fique disponível no *site* da Comissão, mas o SESI, o Dr. Carlos Henrique vai mandar a série toda para a Comissão. Os demais presentes podem baixá-lo do *site* www.futuratec.org.br.

O SR. ALEXANDRE PINTO CARVALHO BRAGA - Nesse material, dezenas dos melhores especialistas do mundo falam sobre esses temas. Isso tudo será entregue com índice remissivo, de forma bem objetiva, porque realmente há bastante coisa ali para ser observada.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Alexandre e Mônica.

Priscila tem a palavra.

A SRA. MÔNICA CARVALHO PINTO - Eu só queria falar uma coisinha, até porque eu não sou especialista em avaliação, apesar de ser pedagoga. É por isso que trabalho onde trabalho há 14 anos. Algumas falas do Prof. Chico Soares sempre me emocionam muito. Eu acho que algumas observações da Profa. Maria Helena esta Casa precisa considerar. Foram, para mim, o grande aprendizado da série.

Eu queria sublinhar o que disse o Alexandre. Para um país como o Canadá, para um país como a Finlândia ou para uma cidade como Xangai, estar no topo — eu me refiro ao PISA — significa que todos os alunos precisam estar. Então, as políticas públicas implementadas nesses países têm como foco a equidade, o direito de o aluno aprender.

Eu acho que, no Brasil — falo como professora, como pedagoga —, temos uma questão simbólica muito mal resolvida quanto a avaliação. Nós não gostamos de avaliação. Temos medo de ser avaliados. Temos medo de avaliar. Temos medo da meritocracia. Queremos ser intocáveis. Nós não gostamos de ver e de saber aquilo que não estamos fazendo bem. E nós estamos fazendo uma das maiores injustiças com a nossa população.

Eu acho que isso precisa ser enfrentado com qualidade. A Maria Helena falou várias vezes, e também o Chico, sobre como usar melhor os processos, os indicadores, as avaliações que nós temos. Esse é o nosso grande desafio. A nossa casa, que trabalha comunicação e educação, vai tentar ajudar ao máximo no que puder, oferecendo material para que educadores e professores possam entender os processos de avaliação.

Para mim, essa é a questão chave. Se não estamos aprendendo bem ou se não sabemos ensinar bem, o que podemos fazer para melhorar? Estamos no diagnóstico, no diagnóstico, no diagnóstico. No quarto diagnóstico vamos morrer. É isso que acontece na saúde. Eu acho que aquela fala que a Priscila trouxe é fundamental. Se uma pessoa fica no diagnóstico, ela morre, e é isso que estamos fazendo aqui. Então, esta Casa pode nos ajudar a avançar no diagnóstico,



implementar efetivamente políticas públicas. Eu acho que é aqui que mora o nosso desafio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Profa. Mônica. Peço perdão pela minha confusão de considerar uma fala como representante de ambos. Se fosse a sua primeiro, não teria problema, mas, sendo sua a segunda, é como se fosse uma exclusão de gênero. Está certo? Então, seriam dois equívocos.

Com a palavra a Profa. Priscila.

A SRA. PRISCILA FONSECA DA CRUZ - Eu vou ser bem breve, porque, na verdade, muita coisa já foi dita aqui.

Houve uma pergunta sobre a relação entre PISA e IDH. Eu acho que acabou não sendo respondida. Vou apresentar um pouco a minha opinião.

O IDH influencia e impacta a nota no PISA e vice-versa. A qualidade da educação tem um impacto no IDH. O que eu acho que vale a pena comentar é que, fazendo-se um paralelo com o Brasil, quando olhamos o socioeconômico daquela cidade ou daquela região, na nota do IDEB ou na Prova Brasil, isso tudo tem um impacto muito grande.

Sabemos que o nível socioeconômico é muito alto, como o Chico já comentou. Acontece que eu acho que temos de ter uma obsessão diferente no Brasil, que é a de entender que o socioeconômico explica, mas não deveria justificar, porque o direito é o mesmo, o direito é de toda criança aprender. Se o direito é o mesmo, o socioeconômico ajuda a explicar, mas não deveria justificar. Então, teríamos de ter políticas para compensar essa desigualdade educacional, que, muitas vezes, é gerada pela desigualdade socioeconômica. Então eu sempre digo que a gente tem que dar mais para quem tem menos. Aí, sim, é um sistema socialista na educação, dar mais a quem tem menos, inclusive para ajudar as populações mais vulneráveis a superar as suas condições iniciais, socioeconômicas, para depois isso se refletir na educação.

Sobre os sistemas federativos e quem assina o cheque, nesses países todos nós temos sistemas federativos bem distintos e muito diferentes do sistema brasileiro. Agora, o que têm em comum, e que acho importante destacar, é que todos eles têm uma matriz de política pública educacional muito clara e muito bem definida, muito transparente, com diretrizes muito fortes, muito incisivas, e aí,



independentemente de quem operacionaliza aquela política, há uma diretriz muito clara, o que facilita tremendamente, independentemente de qual for o sistema federativo que eles tenham.

Quanto à desigualdade, retomando um pouquinho o que disse a Deputada Dorinha, para não repetir o que já foi dito aqui, nós tendemos a olhar muito para as médias — o Chico chegou a mencionar isso. Seria interessante que o Plano Nacional de Educação oferecesse algum tipo de diretriz ou de luz na construção dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, porque é lá que a coisa vai acontecer. O Plano Nacional de Educação é fundamental para termos clareza do rumo a ser tomado no País, mas é importante que os Estados e Municípios saibam construir os seus Planos Estaduais e Municipais de Educação, considerando suas particularidades, seu contexto.

No que pertine à avaliação, há dois pontos que eu acho que acabaram não sendo tocados por esta Mesa. O primeiro é que os resultados das avaliações precisam ser muito mais rápidos. Por exemplo, ainda não estão disponíveis os microdados da Prova Brasil de 2009. As escolas estão olhando pelo retrovisor para algo que ocorreu há muito tempo. É importante haver maior celeridade no retorno dos resultados. E, como já foi dito, esse retorno precisa ser compreensível. Não adianta simplesmente darmos um número frio: “250, matemática, quarta série”. O que isso significa? Os dados têm que ser divulgados em termos pedagógicos.

Aqui, mais do que uma resposta, é uma provocação, uma pergunta que eu jogo para vocês pensarem: não deveríamos tornar o INEP independente do MEC? Acho que enquanto o INEP for subordinado ao Ministério da Educação, a divulgação dos resultados pode ser programada para ocorrer depois das eleições, pode-se segurar algum tipo de informação, ou pode haver algum tipo de interferência nas avaliações, que é exatamente o que não desejamos, ainda mais quando pensamos em um plano de 10 anos. Então eu queria só deixar aqui essa questão: será que não deveríamos pensar em tornar o INEP independente, a exemplo do que vimos nos países todos que visitamos? Em todos esses países os órgãos de medição e de avaliação são independentes do órgão que formula as políticas públicas e do órgão político. Então acho que a gente teria que pensar isso no Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Priscila, pela contribuição e, mais do que isso, pela provocação que nos fez, ao Henry, que assinou o pedido, e eu o acompanhei na assinatura do pedido, e o seu empenho para que nós déssemos celeridade a esta Mesa, que para mim foi uma das melhores que tivemos ao longo do debate, felizmente antes do debate final e das votações relacionadas ao Plano Nacional de Educação.

Espero que essa fase de pessimismo do Professor Chico possa levá-lo a uma maior produção ainda. A zona de conforto nos leva a não produzir nada, então nós temos que tirar todo o mundo da zona de conforto, para romper a intocabilidade.

Informo que as comunicações das próximas reuniões serão encaminhadas aos Srs. Deputados, às Lideranças e à Consultoria pelos *e-mails* institucionais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos pela presença.